

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES / INSTITUTO RIO BRANCO
EDITAL Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2019
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA

HISTÓRIA DO BRASIL

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – Em relação ao primeiro aspecto a ser abordado (a industrialização e o crescente processo de urbanização da sociedade), convém que o candidato destaque, inicialmente, o papel da Era Vargas (1930-45) para o efetivo início da moderna industrialização brasileira e para o fato de que a Companhia Siderúrgica Nacional (usina de Volta Redonda) e a Companhia Vale do Rio Doce seriam símbolos essenciais e definidores do caminho a ser trilhado pelo País.

Q02 – Seguem-se a criação da Petrobras (1953), a indústria automobilística (a partir dos anos JK), a ampliação das fontes de energia com a multiplicação de hidrelétricas, entre outros exemplos.

Q03 – Paralelamente, o País vai deixando para trás a imagem de uma sociedade rural, economicamente sustentada na terra, e urbaniza-se, caótica e celeremente.

Q04 – Quanto ao segundo aspecto (a realidade interna – “um país em movimento” – e sua relação com a política externa), convém que o candidato enfatize a rapidez das transformações pelas quais o País passava, especialmente a partir da Era Vargas e da Segunda Guerra Mundial.

Q05 – A expressão “um país em movimento”, do historiador Fernando Novaes, sintetiza, com maestria, esse cenário. Entre 1950 e 1970 (população de 90 milhões de habitantes), nada menos que 39 milhões de brasileiros migraram do campo para as cidades. Isso gera, naturalmente, impactos sociais, econômicos, culturais e, acima de tudo, políticos.

Q06 – A participação popular na vida política tende a crescer, o que pode ser atestado pela trajetória decrescente do oligárquico PSD e pelo avanço extraordinário do PTB.

Q07 – A nova realidade explica o crescente interesse pelo tema da política externa, como se comprova quando do lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) e, em especial, nos debates em torno da Política Externa Independente (PEI), no início dos anos de 1960.

Q08 a Q10 – Por fim, no que concerne ao terceiro aspecto (o papel crucial das relações do Brasil com os EUA), espera-se que o candidato amplie o que está claramente sugerido no texto motivador, ressaltando a importância crucial desse relacionamento no âmbito do subsistema interamericano, bem como no contexto da bipolaridade que marcou o sistema mundial de poder no pós-guerra.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – Desde o século 17, em maior ou menor grau, a diplomacia lusa esteve vinculada por tratados à Grã-Bretanha que, em contrapartida, oferecia garantias à integridade de Portugal e de seus domínios no ultramar. Essa vinculação foi determinante no processo de transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no contexto das guerras napoleônicas.

Q02 – Os alvarás régios que D. João VI publicou no Rio de Janeiro, em 1808, para estimular a indústria e o comércio brasileiros, foram virtualmente derogados pelos dois tratados de 1810 entre Portugal e Grã-Bretanha (aliança e amizade e comércio e navegação). Esses tratados reiteravam compromissos lusos assumidos com os ingleses em tratados anteriores, tais como a extraterritorialidade prevista no tratado anglo-português de 1642 e privilégios comerciais, previstos no Tratado de Methuen.

Q03 – No caso das guerras napoleônicas, D. João VI buscou projetar poder no entorno sul-americano como forma de fortalecer a posição da monarquia portuguesa e ampliar sua margem de manobra com relação à Grã-Bretanha. As efêmeras ocupações da Guiana Francesa e do Uruguai demonstram os escassos efeitos dessa política externa perseguida por D. João VI.

Q04 – Externalizada com maior veemência a partir da Convenção de Viena, a campanha abolicionista britânica levou as autoridades luso-brasileiras a assinarem atos normativos para combater o tráfico, como a instalação das Comissões Mistas do Rio de Janeiro e de Serra Leoa (1817), a Convenção com a Grã-Bretanha para a abolição do tráfico de escravos (1826) e a aprovação da Lei Feijó, em 1831. A pressão inglesa teve limitada eficácia; sem comprometimento efetivo do governo brasileiro, a lei de 1831 virou letra morta, dando origem à expressão “lei para inglês ver”.

Q05 – Com o desenvolvimento econômico do País e o amadurecimento de sua política externa, o Brasil decidiu pelo fim da convenção sobre o tráfico, do direito de visita e busca e da extinção das comissões mistas. A postura refratária do governo brasileiro a medidas abolicionistas motivou a aprovação, no Reino Unido, da *Bill Aberdeen*, que dava poderes extraordinários à Marinha britânica para reprimir, como pirataria, o tráfico ilegal de escravos direcionados ao Brasil. Ações de patrulha e apreensão de embarcações brasileiras pela Armada britânica suscitaram uma imagem negativa do Reino Unido na sociedade brasileira.

Q06 – Apesar da aprovação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, e do declínio acentuado do tráfico que se seguiu, o governo britânico temia retrocessos na política antiescravagista brasileira, motivo por que seguiu pressionando as autoridades brasileiras a promoverem a emancipação dos africanos importados ilegalmente desde 1831.

Q07 – Elemento emblemático dessa pressão, o *Bill Aberdeen* foi revogado apenas em 1869, permanecendo como um atritante na relação bilateral enquanto vigeu.

Q08 – A fricção cumulativa nas relações entre Brasil e Reino Unido atingiu seu ápice na chamada Questão Christie. O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Reino Unido representou um momento de afirmação internacional da diplomacia brasileira. As exacerbadas atitudes de William D. Christie, a arbitragem favorável ao Brasil emitida pelo rei Leopoldo I da Bélgica e uma opinião internacional, que viu exagero nas demandas britânicas, acabaram por dar ao governo brasileiro legitimidade para questionar o tratamento palmerstoniano que lhe fora dispensado pelos britânicos.

Q09 – O episódio ilustra o limitado grau de influência política que a Grã-Bretanha pensava então exercer sobre o Brasil, em contraste com a magnitude de seus interesses econômicos no País.

Q10 – A ascensão dos liberais ao poder, em 1864, favoreceu o início da implantação de medidas antiescravistas, o que contribuiu para o reatamento das relações diplomáticas. O Brasil promulgou, ainda em 1864, o decreto que emancipou os africanos livres. No ano seguinte, a Grã-Bretanha reconheceu, com reservas, a decisão do rei Leopoldo, tomando a iniciativa para que as relações diplomáticas fossem restabelecidas. O reatamento ocorreu em meio à Guerra do Paraguai, quando o governo britânico encaminhou a D. Pedro II desculpas solenes, registrando não ter havido a intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil em 1863.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 3

Espera-se que os candidatos elaborem texto claro, coerente e informado, mobilizando a historiografia atual nos temas e nas análises pertinentes à questão. É importante que a resposta contemple os seguintes tópicos:

Q01 – os valores republicanos defendidos pelas elites econômicas e políticas, e a afirmação de um conceito de cidadania vinculado a direitos;

Q02 e Q03 – as mudanças na Lei Saraiva, implementadas por decreto eleitoral, visando a extinguir o voto censitário, modificar o requisito etário e estabelecer eleições diretas; a introdução do chamado “voto a descoberto”, em 1896;

Q04 e Q05 – as relações entre os dispositivos legais e as circunstâncias sociopolíticas; os baixos indicadores de participação popular nos processos eleitorais; a questão do voto feminino; os usos do voto como moeda de troca; as relações de poder calcadas no clientelismo;

Q06 – a organização dos processos eleitorais por meio das comissões distritais e municipais, e a substituição das paróquias e comarcas como marcos geográficos das seções eleitorais; a apuração das eleições e as intervenções dos governadores;

Q07 – as mudanças introduzidas pelas leis eleitorais de 1916 e as respectivas consequências para a “política dos estados”;

Q08 – a proibição do voto a descoberto em 1917 e as campanhas pelo voto secreto; e

Q09 e Q10 – as contradições entre discurso político e ordenamento jurídico; fraudes; legitimação pelo voto e renovação da classe política.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MELLO, Maria T. C. de. *A República Consentida: cultura democrática e científica no final do império*. Rio de Janeiro: FGV, EDUR, 2007.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. ‘Beheading’, rule manipulation and fraud: the approval of election results in Brazil, 1894-1930. *Journal of Latin American Studies*, 44 (03), 2012.

VISCARDI, Cláudia. Direitos políticos e representação no Brasil Republicano (1891-1934). *Mundos do Trabalho*, vol. 9, n. 18, 2017.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os seguintes tópicos:

Q01 – o sistema econômico mundial e o contexto do fim da Guerra Fria;

Q02 e Q03 – conjuntura crítica (1967-1973): a utilização hídrica da Bacia do Rio da Prata e a deterioração das relações entre Brasil e Argentina;

Q04 – o governo Geisel e a tentativa de reaproximação;

Q05 – os processos de regionalização no final do século 20;

Q06 e Q07 – a redemocratização e a crise econômica da década de 1980: desafios comuns entre Brasil e Argentina;

Q08 – o governo Sarney, o Itamaraty e as novas concepções de cooperação regional; e

Q09 e Q10 – as negociações para a criação de um mercado comum.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, v. 45, n. 1, 2002.
- VAZ, Alcides da Costa. *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: IBRI, 2002.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento*. Curitiba: Juruá, 2003.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

GEOGRAFIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – A partir de meados da década de 1980, inicialmente nos países mais desenvolvidos, observaram-se importantes inovações nos meios de transporte (com efeitos sobre o custo de transporte de mercadorias e na mobilidade das pessoas), nas formas de produzir e de gerir as empresas – principalmente as transnacionais –, nos fluxos de financeiros e nas comunicações. Tais transformações proporcionaram uma leitura da realidade baseada na compressão espaço-temporal, na visão de uma mobilidade totalmente desimpedida, na promoção da influência de lugares mais distantes uns sobre os outros, na fragilização das fronteiras e na crise do Estado nação.

Q02 – As transformações nos modos de produzir, que marcaram a passagem do fordismo para o pós-fordismo (ou toyotismo, regime de acumulação flexível), têm base nas seguintes práticas: flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; manutenção de taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional; passagem de uma grande parcela dos trabalhadores para o setor de serviços; criação de conjuntos industriais novos em regiões até então pouco industrializadas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, o Vale do Silício e países recém-industrializados da Ásia); movimento de compressão do espaço-tempo, com base no estreitamento dos horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública e na difusão dessas decisões em um espaço cada vez mais amplo (por meio da comunicação via satélite e da queda dos custos de transporte); desindustrialização de áreas tradicionais com a consequente perda de empregos naquele setor e aumento na instabilidade no mercado de trabalho.

Q03 – Na escala da firma, pode ser observado, ainda, um conjunto de inovações organizacionais com base na produção sob o sistema *just in time*, assentado na formação de uma rede de fornecedores para uma empresa matriz, localizados em diversos países (*outsourcing*).

Q04 – Nesse sentido, a descentralização da produção industrial e da prestação de serviços (como o *telemarketing* e diversos tipos de consultorias) contribuiu para uma ideia de desterritorialização econômica (utilizada também como sinônimo de deslocalização) ao constatar um enfraquecimento das bases territoriais na estruturação geral da economia, em especial na lógica locacional das empresas.

Q05 – A integração financeira global, com base na interconexão, nas 24 horas do dia, dos mercados financeiros e na crescente desregulamentação dos mercados de capitais nacionais, unificando as principais bolsas de valores, de mercadorias e futuros e a comunicação em tempo real, acessível a uma grande parcela de habitantes do planeta, proporcionada pela interconexão dos meios informacionais, ao ressaltarem a instantaneidade e a imaterialidade, são também exemplos de elementos que reforçam a percepção do predomínio dos espaços-de-fluxos (não identificados com nenhum Estado em particular ou com determinado território, mas sim com as redes abertas, inclusivas e descentralizadas) sobre os espaços-de-lugares (mais identificados com o território e com a contiguidade). Ao invés de lugares delimitados, predominaria assim um “mundo de fluxos”.

Q06 – A crescente importância dos fluxos comerciais, financeiros e informacionais, a conformação de redes de empresas transnacionais, aliadas à conformação de blocos econômicos, a assinatura de acordos comerciais bilaterais ou multilaterais, a proliferação de paraísos fiscais (*off-shore*), a realocação das atividades industriais e de serviços, por sua vez, contribuiriam para a propagação da ideia de enfraquecimento do poder do Estado Nacional, na medida em que sua capacidade de controlar os diversos fluxos (incluindo também o de migrantes) no espaço estaria em declínio, comprometendo a noção de soberania estatal em determinado território. As fronteiras nacionais teriam se tornado porosas em razão de acordos de livre comércio e de livre trânsito, bem como em razão do advento do “ciberespaço”, minando a capacidade de intervenção do Estado sobre seu território, configurando uma desterritorialização política.

Q07 – Desterritorializar seria, dessa forma, diminuir ou enfraquecer o controle das fronteiras nacionais, aumentando, assim, a dinâmica, a fluidez, a mobilidade, seja de pessoas, de bens materiais, de capital ou de informações. Não obstante, o movimento de desterritorialização é relativo, enfrenta resistências e recuos, como se verá a seguir. A deslocalização industrial para novas regiões, como a China e o sudeste da Ásia, por exemplo, tem base, em grande parte, na produção de bens de consumo e de componentes (por meio do *outsourcing*) de alta tecnologia na área de comunicações, internet, informática, eletroeletrônica. No entanto, a maior parte das sedes das empresas transnacionais, que subcontratam as indústrias aí localizadas, situa-se em países de industrialização mais antiga da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos da América (EUA) (Apple, Microsoft, IBM, Amazon, Black & Decker, Adidas, Nestlé, por exemplo). Empresas de cunho estratégico (principalmente no setor aeroespacial e de defesa), no entanto, localizam-se, preferencialmente, em território dos seus países de origem, sendo, em muitos casos, incentivadas a permanecer no país sede ou mesmo coibidas de transferir suas plantas para terceiros. As cinco maiores companhias de defesa dos EUA – Boeing, Lockheed Martin, General Dynamics, Raytheon, Northrop Gruman – mantêm suas linhas de desenvolvimento e produção em solo dos EUA. Dessa forma, atividades produtivas-chave, principalmente as de maiores conteúdos de especialização, conhecimento ou tecnologia, ou relacionadas à segurança nacional, continuariam fortemente enraizadas nas áreas territoriais dos países.

Q08 – O caso chinês é emblemático de um processo de realocação industrial que se reterritorializa em uma nova área, tendo em conta que aquele país produz aproximadamente 28% dos automóveis, 41% dos barcos, 80% dos computadores, 90% dos telefones celulares, 60% dos televisores, 50% das geladeiras, 80% dos aparelhos de ar-condicionado, 24% da energia e 50% do ferro do total mundial (EUROPEAN CHAMBER, 2017, p. 2). Ou seja, no caso da produção industrial, uma desterritorialização é acompanhada por uma nova territorialização. Mesmo no caso de fluxos e redes, aparentemente fluidos e não obedecendo a hierarquias ou constrangimentos estatais, há um crescente movimento de controle, por parte dos Estados, das informações que circulam e de seu uso. As redes informacionais, vistas inicialmente como desterritorializadas, passam a ser objeto de restrições estatais e identificam-se com estratégias das potências globais (como demonstra a disputa em torno da rede 5G). Ou seja, o lugar/território ainda possui um peso decisório importante no controle, na promoção e no direcionamento dos fluxos informacionais e financeiros (via taxas de juros e valorização cambial). Por sua vez, a recente “guerra fiscal” entre os EUA e a China é exemplo de recuo da livre-circulação de mercadorias (fluxo comercial), em razão da recíproca elevação de tarifas, bem como de ameaças estadunidenses de retirar suas empresas do país asiático.

Q09 – Dessa forma, a ideia da “inevitabilidade” do enfraquecimento estatal não corresponde aos recentes desdobramentos observados na economia e na política internacionais – o fortalecimento do Estado chinês (altamente centralizado e com mecanismos de controle desenvolvidos); e a reação dos EUA com o “America First”. Políticas em nível nacional, regional e local (incluindo a chamada “guerra dos lugares” para atração de empresas), bem como dados de infraestrutura continuam fundamentais para a escolha da localização das atividades econômicas. Nesse contexto, as fronteiras retomam seu papel de elemento de controle dos fluxos de mercadorias, mas sobretudo de migrantes e refugiados. A livre

circulação de pessoas (excluindo uma pequena fração de executivos “globalizados”) sempre foi um ponto questionável da ideia da liberalização de fluxos (caso à parte seria a União Europeia). Recentemente, o Brexit, as medidas de intensificação do controle migratório na Europa e nos EUA, assim como o muro entre EUA e México (construído pelos primeiros, a fim de evitar a entrada não só de mexicanos, mas de centro e sul-americanos) são exemplos das fronteiras utilizadas como elemento de controle e reafirmação da soberania estatal sobre o território.

Q10 – Por fim, a ideia de desterritorialização significa, sempre, uma nova produção do espaço e, conseqüentemente, uma nova territorialidade. A desterritorialização, dessa forma, ocorre sempre em conjunto com uma reterritorialização, em um processo contínuo e generalizado de territorialização.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

EUROPEAN CHAMBER. *China Manufacturing 2025*. Putting Industrial Policy Ahead of Market Forces. European Union Chamber of Commerce in China. p. 1-64. Disponível em: <www.eurochamber.com.cn>. Acesso em: 30 set. 2019.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – No que tange ao primeiro tópico, as zonas de processamento de exportações são aquelas situadas em países onde os salários são baixos, onde as empresas dos países desenvolvidos podem implantar fábricas para processar ou reunir componentes produzidos trazidos desses mesmos países e para eles reexportá-los. Em vários países desenvolvidos, foi promulgada uma legislação a fim de tornar isso possível. O raciocínio básico que norteia essas zonas é o acesso à mão de obra barata, disponível para os estágios de intenso emprego nos processos de produção da empresa. A isenção de impostos e de padrões pouco exigentes quanto aos locais de trabalho, nessas zonas, constitui incentivo adicional. Tais zonas são um mecanismo de fundamental importância para a internacionalização da produção (SASSEN, 1998, p. 34). Para Santos (1999), a incorporação de técnicas e práticas sociais pelos territórios não representariam uma desterritorialização, mas sua revitalização a partir de sua inclusão em cadeias produtivas globais. As novas técnicas multiplicariam a produtividade a partir de lugares, e por suas distintas capacidades de oferecer uma produtividade maior ou menor, produtividade esta que deixa de ser atributo de uma empresa, mas que se constitui atributo de lugares. Ao escolher cidades e regiões de determinado país, as empresas exigem infraestrutura adequada a seus investimentos, assim como condições políticas adequadas.

Q02 – São zonas de processamento de exportações, em países periféricos, onde as fábricas são implantadas para processar ou montar componentes trazidos de países centrais e reexportadas para esses mesmos países. São fábricas ou maquiladoras, situadas em diversos países que alteram sua legislação para aceitar esse tipo de atividade em seu território. É também a partir dessas condições que os “lugares” disputam a atração de novos investimentos. A globalização torna o “lugar” essencial no processo produtivo, valorizando-o ou revalorizando-o de acordo com suas potencialidades na competitividade capitalista, seja na produção, na circulação ou no consumo. As novas tecnologias possibilitam os deslocamentos da produção a partir dos incentivos que recebem de estados, diminuindo seus riscos e mantendo seu potencial de mobilidade conforme os interesses do capital. Uma fábrica é montada e desmontada rapidamente, sendo remontada em espaços mais “amigáveis” a investimentos, seja pelos incentivos referidos, seja pela abundante oferta de mão de obra barata e desorganizada (LIMA, 2002, p. 4-5).

Q03 – Relativamente ao segundo tópico, os centros financeiros *offshore* constituem outro importante ponto espacial nos circuitos mundiais dos fluxos financeiros. Esses centros são, acima de tudo, paraísos fiscais, respostas que os atores do setor privado encontraram para a regulamentação governamental. Esses centros começaram a ser implantados na década de 1970, embora os paraísos fiscais internacionais existam há muito tempo, sob formas incipientes. A década de 1970 presenciou a junção entre a internacionalização econômica crescente e o contínuo controle governamental da economia nos países desenvolvidos, o que, em parte, foi um legado dos esforços de reconstrução empreendidos na Europa e no Japão após a guerra. Os centros bancários *offshore* operam, em grande parte, com papéis. As Ilhas Cayman, por exemplo, detêm mais de 250 bilhões de dólares em ativos bancários (dados do Fundo Monetário Internacional).

Q04 – Apesar de esse pequenino país sediar supostamente mais de 500 bancos do mundo inteiro, apenas 69 deles possuem escritórios nas ilhas e somente seis são bancos de verdade, operando com depósitos monetários, atendimento bancário e outras transações. Esses centros *offshore* localizam-se em várias partes do mundo: Cingapura, Hong Kong, Manila, Taipei, que são centros asiáticos significativos. Bahrein, Dubai, Kuwait e Chipre no Oriente Médio, Austrália, Nova Zelândia, Vanuatu, Ilhas Cook, Nauru, Tonga na Oceania, Ilhas Seychelles e Maurício no Oceano Índico, Suíça, Luxemburgo, Chipre, Madeira, Malta, Ilhas Man, Ilhas do Canal, Gibraltar, Mônaco, Liechtenstein, Andorra e Campione, na Europa, Bermudas, Cayman, Bahamas, Turk and Caicos e ilhas Virgens Britânicas, no Caribe, são exemplos de centros bancários *offshore* (SASSEN, 1998, p. 41).

Q05 – Quanto ao terceiro tópico, na hierarquia da rede urbana brasileira, a cidade de São Paulo apresenta-se como a única cidade denominada global, pois atende as seguintes características: hoje, a cidade é essencialmente marcada pelo segmento terciário. Estão nela segmentos de alto valor agregado, muitos relacionados direta ou indiretamente às empresas produtivas de todo o País: tecnologias de informação e comunicação; criação e manutenção de *softwares*; redes e sítios de internet; certificação e metrologia; gestão administrativa e financeira; *design*; *marketing*; serviços contábeis; sedes dos principais bancos nacionais e das filiais de bancos estrangeiros (31 dos 50 maiores bancos do mundo). São Paulo é um *hub* absoluto de negócios na América Latina: concentra sedes de empresas (63% dos maiores grupos privados brasileiros têm suas sedes na cidade), instituições financeiras, *startups* e filiais das principais companhias de tecnologia no mundo. Em São Paulo, encontram-se a Bolsa de Valores, a Bolsa de Mercadorias e Futuros (a junção de ambas na BM & FBOVSPA gerou uma das três maiores bolsas do mundo em valor de mercado) e o conjunto de empresas relacionadas a esse ramo de atuação (corretoras e distribuidoras de valores, consultorias etc.).

Q06 – Ao mesmo tempo, estão também, na cidade de São Paulo, instituições de excelência em educação e saúde, centros de eventos e convenções nacionalmente conhecidos, entidades associativas de âmbito nacional em variados segmentos de atividade. Há ainda uma grande rede de hospitalidade, ao lado da conhecida variedade e qualidade gastronômica e de ampla gama de instituições relacionadas a todas as áreas da cultura – museus, teatros, bibliotecas, casas de *shows* etc. Tudo isso torna a cidade de São Paulo um polo econômico, cultural e turístico de primeira grandeza. Na atualidade, São Paulo é uma das maiores cidades do mundo, com população estimada de 11,6 milhões de habitantes em 2016.

Q07 – A polarização da cidade de São Paulo sobre seu entorno metropolitano gera enormes fluxos de pessoas, veículos e mercadorias, diariamente. Fluxos igualmente intensos, em grande escala, ligam-na a todo o País e ao mundo. A posição logística de São Paulo é um dos seus pontos fortes. A cidade situa-se a 74 km do Porto de Santos (o maior do País), com ligação por duas rodovias, e a 25 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Ela possui, em seu próprio território, o Aeroporto de Congonhas e o Campo de Marte.

Q08 – A cidade é servida por algumas das melhores rodovias do País, que a ligam ao interior paulista, a outros estados brasileiros e mesmo a outros países da América do Sul. Possui ainda inúmeros heliportos que servem à maior frota de helicópteros do mundo (411 unidades), que a fazem ser, oficialmente, a capital mundial de helicópteros. A cidade de São Paulo gera um produto interno bruto (PIB) de cerca de R\$ 570,7 bilhões (2013), equivalentes a 33,4% do PIB paulista e a 10,7% do PIB brasileiro. Os segmentos do comércio e dos serviços respondem por 86% do valor produzido na cidade. A indústria representa 14% do PIB municipal. A participação da agricultura é hoje baixa, embora haja larga faixa do território voltada a essa atividade (ANAV, 2016, p. 100-102).

Q09 – E, no que se refere ao quarto tópico, os portos, com certeza, continuam a ser estratégicos, em um mundo em crescente comércio internacional, para a formação de blocos internacionais direcionados ao comércio e ao investimento (SASSEN, 1998, p.34). Em escala global, as redes produtivas dependem cada vez mais do transporte marítimo, que é

responsável pela maioria dos fluxos de bens materiais entre os continentes, associando-se também a outros tipos de modais. No passado, esse meio de transporte foi, durante muito tempo, caro e pouco seguro, constituindo um elo fraco dos sistemas de transporte. No entanto, nos últimos 20 anos, sua modernização permitiu reduzir o tempo de permanência dos navios no cais e aumentar a capacidade de carga deles, que são cada vez mais velozes e seguros, contribuindo assim para a significativa diminuição do custo do frete marítimo.

Q10 – A modernização do transporte marítimo, bem como o desenvolvimento rápido do uso do contêiner, impôs uma transformação radical no sistema portuário mundial, que tinha se tornado o elo fraco das grandes redes logísticas (MONIÉ; VIDAL, 2006, p. 983).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

- ANAV, Roberto Vital. Desenvolvimento de São Paulo: trajetória histórica, indicadores e desafios atuais. In: SANTOS, Arthur Henrique da Silva (org.). *Desenvolvimento, trabalho e inovação: a experiência na cidade de São Paulo (2013-2016)*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2016.
- LIMA, J. C. A realocação espacial da produção e do trabalho: flexibilização e mobilidades. In: *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia Maria do S.C. *Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva*. RAP Rio de Janeiro 40(6): 975-95, nov./dez. 2006.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – Com relação ao clima, o domínio da caatinga, que compreende quase 1 milhão de km², encontra-se em região do semiárido nordestino, caracterizado por escassa e irregular pluviosidade (inferior a 600 mm anuais) e altas temperaturas médias (entre 25 °C e 29 °C). Na região conhecida por “polígono das secas”, as médias pluviométricas anuais alcançam apenas 400 mm. O vazio de precipitações pode durar de seis a sete meses, o que tem como consequência um severo *deficit* hídrico.

Q02 – Tais características climáticas aparecem retratadas no quadro natural pela vegetação xerófila (a caatinga, ou “mata branca”, na língua tupi), composta por matas secas, abertas, decíduas (perdem as folhas na estação seca) e ricas em espécies vegetais adaptadas à longa estiagem, como o xique-xique, o mandacaru, o angico e o juazeiro. As espécies vegetais da caatinga apresentam xeromorfia, um revestimento dos tecidos que ajuda a perder menos água por transpiração, e apresentam folhas grossas, e algumas têm forma de espinhos.

Q03 – No domínio dos cerrados, a média anual de precipitação varia entre 1.500mm e 1.800mm, e o ritmo sazonal das chuvas é similar ao do semiárido nordestino, comportando chuvas de verão e estiagem prolongada de inverno (que dura entre três e cinco meses no caso do cerrado). As temperaturas médias anuais variam de um mínimo de 20 °C a 22 °C, até um máximo de 24 °C a 26 °C, e a umidade do ar atinge níveis muito baixos no inverno seco e muito elevados no verão chuvoso. Os cerrados arbóreos têm fisionomia marcada por árvores geralmente tortuosas e espaçadas, com troncos de cortiças espessas e folhas decíduas.

Q04 – Apesar da aparência xeromórfica das árvores e arbustos do cerrado, não há escassez de água. As espécies de plantas arbóreas aí existentes estão adaptadas para retirar água de grandes profundidades do solo, com raízes que atingem mais de 15 m. O aspecto da vegetação predominante no cerrado, o qual apresenta, apesar das aparências, grande

biodiversidade, relaciona-se, portanto, com a baixa fertilidade natural dos solos (ácidos, pobres em cálcio e com altas concentrações de alumínio).

Q05 – Segundo Ab’Saber (2003), é na dinâmica dos lençóis d’água subsuperficiais – ou seja, a posição e o volume d’água existente logo abaixo da superfície durante a estação seca – que reside a grande diferença entre os ecossistemas de cerrados e os de caatingas. Ao contrário do que acontece em todas as áreas úmidas do Brasil, incluindo o cerrado – onde os rios sobrevivem aos períodos de estiagem em razão da grande carga de água economizada nos lençóis subsuperficiais –, no semiárido nordestino, o lençol se afunda e se resseca, e os rios autóctones (aqueles que nascem e correm no interior da região semiárida) passam a alimentar o lençol, o que causa o seu desaparecimento até o início da temporada de chuvas.

Q06 – Somente os rios que vêm de longe – caso do São Francisco – mantêm sua perenidade durante a estação seca. No caso do domínio do cerrado, existe água permanentemente disponível, garantida pelos lençóis subsuperficiais, para alimentar parte dos rios e para garantir a sobrevivência de vegetais de raízes longas.

Q07 – A caatinga é ocupada desde o período colonial por atividades agropecuárias, tais como a pecuária extensiva (bovinos, muares, equinos e caprinos), plantações de algodão e palmas forrageiras, roças de mandioca, feijão ou milho, cuja produtividade (em geral, baixa) depende da disponibilidade de chuvas. Segundo Castro (2018), nas últimas décadas, na tentativa de promover um modelo de agricultura de grande produtividade, sucessivos governos têm investido na infraestrutura hídrica para a criação de diversos distritos de irrigação na região. Apesar do elevado custo desse tipo de operação, com frequência essa possibilidade é apresentada como a resposta para a superação da escassez hídrica, que limita o desenvolvimento da agricultura regional.

Q08 – A justificativa desse resultado ganha reforço ante o sucesso obtido por alguns polos de irrigação instalados na região, como os de fruticultura irrigada, no Vale do São Francisco, entre os municípios de Petrolina e Juazeiro, nos estados de Pernambuco e da Bahia.

Q09 – O cerrado, por sua vez, foi um dos principais objetos de pesquisa nos anos de 1960 e 1970 (com destaque para o papel da Embrapa e do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP; do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO; e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER), o que redundou em descobertas de técnicas para correção da baixa fertilidade natural e da acidez dos solos, bem como no desenvolvimento de variedades de sementes (de grãos e pastagens) adaptadas ao solo e ao clima do cerrado.

Q10 – Como consequência, a partir da década de 1970, extensas áreas daquele domínio passaram a ser utilizadas para a silvicultura, a rizicultura, o plantio de soja, de trigo e de café e a criação de gado bovino, transformando, hoje, o domínio do cerrado em uma das principais áreas produtoras de alimentos do País, utilizando tecnologia e maquinário avançados, o que garante elevada produtividade.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ROSS, Jurandyr (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

CASTRO, Cesar Nunes de. *Sobre a agricultura irrigada no semiárido: uma análise histórica e atual de diferentes opções de política*. Texto para discussão. IPEA: Brasília-Rio de Janeiro, 2018.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem:

Q01 a Q03 – As pessoas estão vivendo mais tempo, no mundo inteiro. A Organização Mundial da Saúde (OMS) explicou que o aumento da longevidade, especialmente nos países ricos, se deve à queda do número de mortes causadas por problemas do coração. Isso aconteceu com a implementação de estratégias para reduzir o uso de produtos derivados do tabaco, controlar a pressão arterial e melhorar as coberturas de saúde. A OMS diz que, apesar de as pessoas estarem vivendo mais, não significa que elas estejam mais saudáveis do que no passado. Nos países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, uma das implicações do declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade é o envelhecimento populacional, já que as quedas acarretaram mudanças no ritmo de crescimento da população e na distribuição etária. O processo de envelhecimento populacional vem ocorrendo em vários países, embora em ritmo e momento diferenciados. Esse processo é determinado pela queda na taxa de fecundidade. Esta altera os pesos relativos dos grupos etários, bem como afeta o crescimento da população. A queda da mortalidade teve impacto posterior nesse processo, visto que, primeiramente, as idades iniciais foram beneficiadas e, depois, as idades mais avançadas. A mudança de altas para baixas taxas de mortalidade e fecundidade denomina-se transição demográfica. Ambas as quedas também foram acompanhadas por mudanças nos padrões de causas de mortalidade, visto que as doenças crônico-degenerativas ganham importância em detrimento das doenças infecciosas e parasitárias, a chamada transição epidemiológica. Nos países desenvolvidos, o envelhecimento já é uma realidade no continente europeu e ganha destaque nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão. Nos países em desenvolvimento na Ásia (China e Índia), verifica-se também aumento da expectativa de vida e envelhecimento da população. Essa tendência também se aplica ao Brasil, onde a população encontra-se rumo ao envelhecimento.

Disponível em: <<https://www.unfpa.org/fr/node/7682>>.

Fonte: KANSO, Solange. *Processo de envelhecimento populacional: um panorama mundial*. Viçosa, UFV, 2013, com adaptações.

Q04 e Q05 – O Brasil é um país que envelhece a passos largos. As alterações na dinâmica populacional são claras, inequívocas e irreversíveis. Desde os anos de 1940, é entre a população idosa que temos observado as taxas mais altas de crescimento populacional. De acordo com Beltrão, Camarano e Kanso (2004), espera-se que o contingente de idosos atinja a magnitude de aproximadamente 30,9 milhões de pessoas, no ano de 2020, vindo a constituir 14% da população brasileira, ocupando, então, o sexto lugar na classificação mundial (INOUE *et alii*, 2008, p. 15). Essa alta taxa de crescimento fez com que, na virada do século, a população brasileira de idosos(as) apresentasse um crescimento oito vezes maior quando comparada às taxas de crescimento da população jovem (CAMARANO *et alii*, 1999). Caso seja mantida a atual dinâmica, a partir de 2030, o total de idosos(as) ultrapassará o número de jovens entre 15 e 29 anos de idade (IPEA *apud* BRASIL, 2010, p. 51).

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. *Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios*. Brasília: Revista Sociedade e Estado. vol. 27 n.1, jan./apr. 2012, com adaptações.

Q06 e Q07 – A responsabilidade para melhorar a qualidade de vida dos idosos vai muito além do setor de saúde. Segundo a OMS, “coletivamente, as autoridades devem olhar além dos custos associados ao envelhecimento para pensar nos benefícios que uma população mais idosa, mais saudável e mais produtiva pode trazer para a sociedade como um todo”. Para Rowe e Kahn (1998), o envelhecimento bem-sucedido seria composto por três fatores: engajamento com a vida; manutenção de altos níveis de habilidades funcionais e cognitivas e baixa probabilidade de doença, e incapacidade relacionada à prática de hábitos saudáveis para redução de riscos. De fato, esses fatores são essenciais, mas essa visão corre o risco de secundarizar as dimensões socioculturais e coletivas, atribuindo a responsabilidade do envelhecimento bem-sucedido ao âmbito particular e individual, com base apenas no autocontrole (KAHN, 2003). Para falarmos de envelhecimento saudável, é necessário pensar na interação de múltiplos fatores, entre eles: saúde física e mental, independência de vida diária, integração social, suporte familiar e independência econômica, entre outros.

Disponível em: <<https://www.unfpa.org/fr/node/7682>>.

LIMA, Ângela Maria Machado; SILVA, Henrique Salmazo; GALHARDONI, Ricardo. *Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras*. Botucatu, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2008.

Q08 a Q10 – O envelhecimento da população está colocando um desafio para os formuladores de políticas nos estados, porque as aposentadorias ou pensões de velhice já são o maior item em seus orçamentos de seguridade social. Esse é particularmente o caso dos países que já haviam instituído grandes reformas nas aposentadorias públicas e agora enfrentam as implicações financeiras duplas do envelhecimento da população e do amadurecimento do sistema de pensões. Além disso,

em um momento de recessão econômica, as preocupações com a estabilidade financeira das aposentadorias e os sistemas de seguridade social mais amplos inevitavelmente se tornam mais urgentes. A União Europeia, bloco regional onde o envelhecimento é um fato, identifica os seguintes desafios para a adoção de políticas para a população idosa: identificar formas de desenvolver o papel e o potencial da população ativa aposentada; melhorar a situação das mulheres mais velhas; gerenciar uma força de trabalho envelhecida; fazer a transição do trabalho para a aposentadoria; prestar atendimento e acesso a atendimento a idosos dependentes; fortalecer a solidariedade entre gerações e a integração dos idosos em perigo de isolamento; preparar as cidades (equipamentos e serviços) para atender a um número cada vez maior de idosos; o preconceito contra a velhice e a negação da sociedade quanto a esse fenômeno, que colaboram para a dificuldade de se pensar políticas específicas para esse grupo; e a formação que se deve dar às novas gerações, para que não absorvam o *ageism*, expressão que deriva do vocábulo inglês *age* (idade) e designa os processos sociais de marginalização e de construção de estereótipos pejorativos relativos à idade cronológica.

ANDRADE, Luana Machado; SENA, Edite Lago Silva; PINHEIRO, Gleide Magali Lemos; MEIRA, Edmeia Campos; LIRA, Laís Santana Santos Pereira. *Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa*. Rio de Janeiro, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2013, com adaptações.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luana Machado; SENA, Edite Lago Silva; PINHEIRO, Gleide Magali Lemos; MEIRA, Edmeia Campos; LIRA, Laís Santana Santos Pereira. *Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa*. Rio de Janeiro, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2013.

Disponível em: <<https://www.espon.eu/ACPA>>.

Disponível em: <<https://www.unfpa.org/fr/node/7682>>.

KANSO, Solange. *Processo de envelhecimento populacional: um panorama mundial*. Viçosa, UFV, 2013.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. *Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios*. Brasília: Revista Sociedade e Estado. vol. 27, n.1, jan./apr. 2012.

LIMA, Ângela Maria Machado; SILVA, Henrique Salmazo; GALHARDONI, Ricardo. *Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras*. Botucatu, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2008.

POLÍTICA INTERNACIONAL

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

No primeiro tópico, espera-se que o (a) candidato(a) ressalte que a política externa do governo de Ernesto Geisel apresenta continuidades em relação à política externa dos governos que o precederam. Um primeiro elemento de continuidade na política externa brasileira, inaugurado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e que se manteve até o final dos governos militares, é o nacional-desenvolvimentismo. Um segundo elemento de continuidade é a busca pela ampliação da autonomia decisória do Brasil nas relações internacionais. Entre os exemplos dessa busca, cita-se a política da equidistância pragmática praticada por Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial, em que ele ora aproximou o Brasil dos Estados Unidos, ora da Alemanha, no intuito de obter ações concretas para o desenvolvimento nacional. Outro exemplo de busca pela ampliação da autonomia decisória ocorreu no âmbito da Política Externa Independente (PEI), entre 1961 e 1964, na medida em que a inserção internacional do País deveria ser conduzida livre dos constrangimentos ideológicos decorrentes da Guerra Fria. Um terceiro elemento de continuidade é a diversificação e a intensificação das relações

diplomáticas e parcerias comerciais entre o Brasil e outros países. Esse elemento tornou-se bastante evidente na PEI, cuja proposta de universalismo traduziu-se na aproximação política e na expansão de mercados em direção a países socialistas e africanos recém-independentes. A inovação do pragmatismo responsável e ecumênico consiste no aprofundamento ou na renovação dos vínculos do Brasil com os países e regiões com quem detinha suas principais relações, como a Argentina, a África etc.

No segundo tópico, é desejável que o (a) candidato(a) demonstre conhecimento da trajetória de Azeredo da Silveira na carreira diplomática, com ênfase em dois acontecimentos. O primeiro deles foi o ingresso do chanceler de Geisel, ainda no início da carreira, no grupo Novos Turcos, formado por jovens diplomáticas que estavam descontentes com a condução do ministério e debatiam ideias alternativas. O segundo acontecimento foi a ocupação do cargo de Embaixador do Brasil na Argentina entre o final da década de 1960 e o início da de 1970. Esses dois acontecimentos influenciaram o pensamento não convencional e crítico de Azeredo da Silveira. Particularmente, a experiência profissional em Buenos Aires fez com que Azeredo da Silveira se opusesse à prática diplomática histórica de acomodação dos interesses brasileiros e argentinos na Bacia do Prata, mantendo a cordialidade nas relações, e defendesse a atuação do Brasil na América do Sul livre de constrangimentos que as elites políticas nacionais e regionais se autoimpunham. Para Azeredo da Silveira, a realidade de poder mudou na região, e a Argentina não detinha mais condições materiais e ideacionais para pressionar o Brasil. Esse pensamento era realista, com base na lógica da distribuição do poder, também se estendia por todo o globo e preconizava que o Brasil deveria aproveitar seus recursos de poder – tais como a dimensão territorial e geográfica, a capacidade de diálogo e as tradições diplomáticas – para ampliar a autonomia decisória na inserção internacional. Mais do que isso, Azeredo da Silveira acreditava que, em meio a *détente*, o governo brasileiro poderia promover alterações no sistema internacional, que fossem favoráveis aos interesses nacionais, como a proposição de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) na Assembleia Geral da ONU de 1976, e que permitissem ao país superar suas circunstâncias históricas. O realismo do chanceler, alinhado com a disposição de Geisel em realizar mudanças na política externa, foi um dos principais fundamentos para a concepção e implementação do pragmatismo ecumênico e responsável.

No terceiro tópico, é importante que o (a) candidato(a) argumente, inicialmente, que a política externa de Geisel seguiu uma lógica universalista. O universalismo ganhou fôlego no pragmatismo ecumênico e responsável pelo abandono do alinhamento automático com os Estados Unidos, uma primeira linha de ação diplomática no período, e até mesmo pelo estremecimento das relações com Washington após o rompimento do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em 1977. Em decorrência da crise do Petróleo de 1973, uma segunda linha de ação diplomática dessa política foi a aproximação com os países do Oriente Médio, tanto política quanto comercialmente. Por um lado, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) abriu um escritório em Brasília; por outro, o Brasil aumentou a exportação de produtos primários, produtos industriais e serviços para trocar por petróleo. Uma terceira linha de ação foi o aumento do protagonismo brasileiro na ONU e nas organizações internacionais em convergência com posições terceiro-mundistas, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de uma agenda global focada no desenvolvimento. Uma quarta linha de ação foi o incremento da política africana, sobretudo, pelo estreitamento das relações políticas e econômicas com os Estados da Linha de Frente. Uma quinta linha de ação foi a intensificação das relações com a Europa Ocidental e o Japão, destacando-se, no primeiro caso, a assinatura do Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha em 1975. Outras linhas de ação que ainda poderiam ser mencionadas são: o incremento do comércio com a República Popular da China, a Iniciativa Amazônica, o início das negociações com a Argentina para a resolução da questão energética na Bacia do Prata etc.

REFERÊNCIAS

- SPEKTOR, Matias. Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável (1974-1979). In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 2, p. 191-222, 2004.
- LIMA, Sérgio E. M. (org.). *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília: FUNAG, 2018.
- CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*, 5 ed. Brasília: Edu – UnB, 2017.
- VIZENTINI, Paulo F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

QUESITOS DE PONTUAÇÃO – QUESTÃO 1

Q01 – Identificação do nacional-desenvolvimentismo como um antecedente do pragmatismo ecumênico e responsável.

Q02 – Identificação da busca pela ampliação da autonomia decisória nas relações internacionais como um antecedente do pragmatismo ecumênico e responsável.

Q03 – Identificação da diversificação e da intensificação das relações diplomáticas e das parcerias comerciais como um antecedente do pragmatismo ecumênico e responsável.

Q04 – Exemplificação dos antecedentes históricos nos governos anteriores a Geisel.

Q05 – Conhecimento da trajetória diplomática de Azeredo da Silveira.

Q06 – Apresentação da posição de Azeredo da Silveira acerca da Argentina.

Q07 – Apresentação e desenvolvimento do pensamento realista de Azeredo da Silveira.

Q08 – Identificação do fim do alinhamento automático com os Estados Unidos.

Q09 – Identificação de pelo menos outras quatro linhas de ação diplomática.

Q10 – Exemplificação de iniciativas desenvolvidas em cada linha de ação diplomática.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – No primeiro tópico, espera-se que o candidato exponha os principais cenários estratégicos da Eurásia desde a publicação do artigo de Mackinder, com os alinhamentos de potências que caracterizaram a (1) a I Guerra Mundial, (2) a II Guerra Mundial, (3) a Guerra Fria, (4) o cenário da globalização e (5) o cenário contemporâneo.

Q02 – Além do conhecimento histórico básico – que potências se aliaram e contra quem –, o candidato deve demonstrar capacidade de utilizar criticamente a tese de Mackinder: os alinhamentos estratégicos da I e II Guerra Mundial, em que a Rússia se aliou às potências navais (EUA e Grã-Bretanha) e à França contra a Alemanha, não correspondem exatamente à previsão geopolítica feita no artigo de 1904. A hipótese temida por Mackinder, de aliança entre Alemanha e Rússia, não se verificou, exceto brevemente (1939-41), durante a vigência do Pacto Molotov-Ribbentrop.

Q03 – Espera-se que o candidato, ao analisar o cenário da Guerra Fria, aponte que o controle da Heartland por uma aliança de potências liderada pela Rússia verificou-se entre a fundação da República Popular da China (1949) e a ruptura sino-soviética (começo dos anos 1960). Deve apontar que essa aliança-pivô foi contrabalançada por uma rede de alianças liderada pelos EUA em vários pontos do crescente interior (Europa Ocidental com a OTAN, Irã da época do Xá, Japão, Austrália, Coreia do Sul etc). Dessa forma, estabeleceu-se um equilíbrio entre as potências navais e a aliança-pivô, e esta não chegou a dominar a Ilha-Mundo, nem contestar seriamente a supremacia naval das potências do crescente externo. É importante mencionar como os EUA se beneficiaram, nos anos 1970, da aproximação com a China, que consolidou o rompimento da aliança-pivô.

Q04 – Espera-se que o candidato comente que, depois da desintegração da URSS e do bloco soviético (1989-91), seguiu-se momento de hegemonia mundial da aliança liderada pelos EUA, que coincidiu com o apogeu da globalização, indicando como essa hegemonia foi contestada a partir da Guerra do Iraque (2003) e da crise financeira mundial (2008).

Q05 – Por fim, é importante apontar as consequências para o equilíbrio mundial de poder da ascensão econômica e tecnológica da China, a partir das reformas de Deng Xiaoping (virada dos anos de 1970 para 1980) e da entrada da China na OMC (2001). É importante que o candidato mencione que a aliança-pivô postulada por Mackinder já não se construiria sob a

hegemonia da Rússia, mas a partir de aliança entre China e Rússia, comentando também a possibilidade de um novo bipolarismo entre EUA e China e contrastando essa hipótese com alternativas (manutenção da hegemonia dos EUA, multipolaridade etc).

Q06 – No segundo tópico, espera-se que o candidato aponte que os EUA herdaram, no século 20, a preocupação do Império Britânico em evitar que uma única potência (primeira Alemanha, depois Rússia) controle toda a Europa e, a partir daí, estabeleça uma hegemonia sobre a Eurásia e a Ilha-Mundo. Intervieram na I e II Guerras Mundiais, depois de iniciadas, ao lado da Grã-Bretanha, para evitar a vitória alemã e, na Guerra Fria, construíram uma rede de alianças em áreas periféricas para evitar o domínio da Eurásia pela aliança liderada pela Rússia, o bloco soviético. Quando esse bloco se desintegrou, os EUA encontraram-se em situação de hegemonia mundial e, desde então, procuram evitar que volte a existir um bloco rival na Eurásia.

Q07 – É importante indicar que a consolidação da aliança sino-russa poderia resultar em uma aliança-pivô, de acordo com a definição de Mackinder, e em um rival estratégico para os EUA. Interessa aos EUA, portanto, impedir que essa aliança-pivô se consolide e, ao mesmo tempo, reforçar suas relações com os Estados da Rimland, inclusive Japão, Índia, Austrália, Leste Europeu, Golfo Árabe, Israel e outros.

Q08 – Convém mencionar que a China se recuperou gradualmente, na segunda metade do século 20, da prostração resultante do chamado “século de humilhações” (1839-1949), e que vem recuperando sua condição natural como um dos principais polos de poder mundial. Seu objetivo estratégico é manter condições geopolíticas (segurança) e geoeconômicas (importação de petróleo e outras matérias-primas, exportação de manufaturados, crescente sofisticação tecnológica) para a continuidade de sua ascensão. Vulnerável a bloqueio por potências aeronavais como os EUA, a China procura reduzir sua dependência do comércio marítimo pela Belt and Road Initiative (que concretizaria a integração econômica da Eurásia prevista por Mackinder) e pelo aumento da integração energética com a Rússia.

Q09 – Procura, também, absorver a tecnologia militar russa e desenvolver sua própria capacidade de dissuasão militar em relação aos EUA e aliados. É importante analisar a hipótese de que a China, assumindo a condição de rival estratégico dos EUA, projete poder em seu entorno imediato e mais além.

Q10 – Espera-se também que o candidato comente a recuperação do poderio russo depois do colapso dos anos de 1990. A Rússia, apesar de base econômica e demográfica menos significativa que EUA e China, procura manter-se como potência de primeiro plano nos domínios militar, diplomático, de inteligência e de energia. A disputa com a aliança ocidental por influência nos países recém-independentes, resultado do fim da URSS (bálticos, Ucrânia, Cáucaso), resultou, porém, em deterioração das relações com Europa e EUA. Do ponto de vista russo, o insucesso nas relações com o Ocidente vem resultando em uma estratégia eurasiática de aproximação com a China e de retorno ao cenário estratégico do Oriente Médio, de onde a Rússia se havia retirado em 1991. Convém analisar o dilema estratégico russo entre um Ocidente que a rejeita e uma China que, por seu gigantesco peso econômico e demográfico, pode colocá-la em situação de dependência.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que seguem.

Q01 – A política externa do governo de Mauricio Macri, iniciado em 2015, sobressai pelo discurso de reinserção da Argentina nos fluxos internacionais de comércio e investimentos, de recuperação da credibilidade externa na segurança jurídica do país (que inclui pleito de acesso à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE) e reaproximação com o mundo desenvolvido, em particular com Estados Unidos da América (EUA) e Europa Ocidental, históricas fontes de investimento na Argentina.

Q02 – As vertentes da política externa de Macri contrapõem-se às seguidas pelas três administrações Kirchner (2003-2015), marcadas por fortalecimento do intervencionismo estatal na economia e reversão de privatizações dos anos de 1990, elementos que haviam alienado investidores e governos daqueles parceiros tradicionais. O período Kirchner notabilizou-se, ademais, por aproximação com grandes economias emergentes como Rússia e, sobretudo, China (em sincronia com alta global dos preços de *commodities*), bem como, no plano regional, por acercamento aos governos de orientação social-democrata ou socialista então ascendentes, em particular as administrações então identificadas como “bolivarianas”, como Bolívia, Equador e, principalmente, Venezuela, que se tornou aliado e credor da Argentina.

Q03 – As diretrizes de Macri no campo externo assemelham-se, por outro lado, ao caminho trilhado por Carlos Menem (1989-1999), em particular no que se refere à integração da Argentina à economia internacional e à aproximação com os EUA. O acesso a grandes mercados extrarregionais, ambicionado por Macri, defrontou-se, porém, com a investida protecionista do governo norte-americano sob Donald Trump, que difere notadamente da posição de Washington nos anos de 1990 (quando Menem governava em Buenos Aires), em defesa de uma área de livre comércio hemisférica. À parte aval dos EUA para eventual acesso à OCDE (2017) e negociações com o FMI (2018), Macri pouco obteve de Trump. Restava concentrar-se nas tratativas do MERCOSUL com a União Europeia, sem evolução significativa sob os governos Kirchner.

Q04 – O MERCOSUL não mais se pautaria por linhas-mestras como a do Consenso de Buenos Aires, de 2003, que oficialmente defendia a integração regional sob um prisma de inclusão social e combate à desigualdade. O bloco regional constitui, para Macri, instrumento de integração da Argentina às cadeias transnacionais de agregação de valor. A retomada das tratativas do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia, cujo capítulo comercial viu-se concluído em junho passado, mostrou ser exemplo primordial dessa reformulação do MERCOSUL. O bloco logrou, em agosto último, entendimento similar com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e conduz rodadas negociadoras similares com Canadá e Coreia do Sul, entre outros.

Q05 – Quanto à dimensão política do MERCOSUL, a Argentina sob Macri buscou protagonismo em ofensiva pelo isolamento da Venezuela por meio da aplicação do Protocolo de Ushuaia contra um regime crescentemente autoritário, que subtraía poderes da Assembleia Nacional eleita em 2015, com maioria de oposição. A pressão argentina foi instrumental para que a Venezuela não exercesse a presidência *pro tempore* do bloco em 2016 (por descumprimento de questões técnicas de caráter comercial) e viesse a ser definitivamente suspensa do MERCOSUL em 2017, por “ruptura da ordem democrática”.

Q06 – Igualmente no plano regional, a UNASUL, organismo fortemente respaldado pela Argentina durante os governos Kirchner, foi gradualmente esvaziada de poder e atribuições em decorrência de percebida identificação com o regime venezuelano e aliados remanescentes, à parte controvérsia irresoluta no processo de sucessão de seu secretário-geral. A Argentina retirou-se da UNASUL em 2019, após firmar, junto com o Brasil, a Declaração de Santiago, instrumento criador do Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), com o objetivo de “desideologizar” o relacionamento entre países sul-americanos.

Q07 – A mudança de orientação política no Brasil, a partir de 2016, contribuiu de forma decisiva para a reconfiguração do curso de ação do MERCOSUL – sobretudo no que tange às negociações com a UE e ao tratamento da Venezuela – e reforçou a “aliança estratégica” da Argentina com o Brasil.

Q08 – No contexto bilateral, a constituição, em 2016, da Comissão de Produção e Comércio Bilateral retomou encontros de alto nível para tratamento da agenda econômico-comercial que desde 2011 não se realizavam com a devida regularidade. Por ocasião da visita de Estado de Macri ao Brasil, em 2017, firmou-se Plano de Ação que reforçou o trabalho conjunto em temas-chave como cooperação nuclear (que tem como exemplo importante projeto de reator multipropósito para produção de radiofármacos), compras governamentais (com conclusão de protocolo intra-MERCOSUL na área em 2017) e segurança nas fronteiras (com assinatura, em 2018, de acordo para criar base de dados comum no combate ao crime organizado e a ilícitos transnacionais), entre outros.

Q09 – Pendências de liberalização comercial viram-se, contudo, postergadas, como nos casos do açúcar e do setor automotivo, ambos com histórica postura defensiva argentina: naquele último, prevê-se livre comércio, após recente entendimento bilateral, somente em 2029.

Q10 – A vinculação da política externa argentina com a conjuntura doméstica teve lugar por meio de reformas que ambicionavam equalizar o marco regulatório econômico com os modelos predominantes nos países desenvolvidos e na OCDE: após a lei de normalização da dívida pública (que saldou as pendências remanescentes da moratória de 2001 com os

chamados “fundos abutres” ao custo de aproximadamente US\$ 12 bilhões), foram aprovadas novas legislações de parcerias público-privadas, de “teto” fiscal (federal e subnacional) e de responsabilidade penal empresarial.

O processo reformista empreendido por Macri careceu, todavia, tanto de diligência quanto de profundidade: por não dispor de maioria parlamentar em ambas as câmaras legislativas (situação insólita desde a redemocratização em 1983), o presidente protelou a reforma trabalhista por tempo indeterminado e flexibilizou reformas como as da previdência e a tributária. Em razão dessa limitação de caráter político, o conjunto de seu programa de governo teve, ao longo de seu mandato, efeito reduzido sobre a situação fiscal argentina e a confiança do empresariado interno e externo nos rumos da economia.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

No primeiro tópico, espera-se que o (a) candidato(a) explique que as operações de paz não estavam previstas originalmente na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e, conseqüentemente, os fundamentos jurídico-normativos delas evoluíram de forma consuetudinária. No contexto de estabelecimento da Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I, na sigla em inglês), o então secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, teria sugerido que o fundamento jurídico para essa decisão estaria no “Capítulo VI e meio” da carta constitutiva da organização, combinando medidas de solução pacífica de controvérsias, do Capítulo VI, e medidas que possibilitam o emprego da força, do Capítulo VII. A esses dois capítulos, pode-se adicionar o Capítulo VIII, que dispõe de ações em conjunto com órgãos regionais para a manutenção da paz e segurança internacionais, como a base jurídico-normativa primária das operações de paz. O ideário da segurança coletiva, que perpassa o documento onusiano mencionado, também se relaciona com as operações de paz.

No que se refere ao segundo tópico, sabe-se que há pelo menos quatro gerações de operações de paz, sendo a identificação de uma quinta facultativa por parte do(a) candidato(a) na resposta. Essas gerações são divididas cronologicamente e apresentam um conjunto de características comuns, embora seja possível que operações de gerações distintas coexistam em um mesmo período, que, por exemplo, operações de primeira geração continuem em atividade até hoje, ou ainda que uma operação tenha se iniciado em uma geração e passado para outra geração. A primeira geração iniciou-se em 1948, com o estabelecimento da primeira operação de paz, a Organização de Supervisão da Trégua das Nações Unidas (UNTSO, na sigla em inglês), e se estendeu por todo o período da Guerra Fria. Essencialmente, as operações de primeira geração fundamentaram-se nas disposições do Capítulo VI da Carta da ONU, objetivaram a criação de um ambiente propício para a resolução pacífica das controvérsias e consagraram três princípios básicos, quais sejam: o consentimento do país receptor da operação, o tratamento imparcial às partes opositoras e a proibição do uso da força pelas tropas da ONU (exceto em caso de legítima defesa).

A segunda geração teve início com a derrocada da Guerra Fria e se estendeu pela década de 1980. As operações de paz dessa geração tornaram-se mais complexas e passaram a promover a transição para a paz. Dessa forma, essas operações começaram a envolver novas tarefas civis e seus mandatos incluíam a prestação de ajuda humanitária, proteção dos direitos humanos, supervisão de eleições, entre outras questões. Apesar dessa ampliação do escopo, a segunda geração ainda se pautava, sobretudo, nas disposições do Capítulo VI da Carta da ONU. Ainda nessa geração, o então secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, propôs dois documentos importantes: a Agenda para a Paz (1992) e o Suplemento à Agenda para a Paz (1995). Em conjunto, esses dois documentos estabeleceram uma tipologia, ainda válida, de atividades a serem desempenhadas nas operações de paz, tais como: diplomacia preventiva, negociação (*peacemaking*), manutenção da paz (*peacekeeping*) e consolidação da paz pós-conflito (*post-conflict peacebuilding*).

A terceira geração das operações de paz surgiu no final da década de 1990 e se manteve até meados da década de 2000. Diante dos fracassos da ONU em conter genocídios, limpeza étnica e crises humanitárias, como as situações que ocorreram em Ruanda, Somália e Bósnia, os princípios básicos e as normas de procedimento das operações de paz foram revistos. O Relatório Brahimi, publicado em agosto de 2000 pela ONU, foi o documento que sintetizou a revisão de princípios e normas em 63 recomendações. Essas recomendações pressupunham o estabelecimento de operações de paz mais robustas, de imposição da paz, sob os auspícios do Capítulo VII da Carta da ONU. O respeito incondicional aos princípios básicos poderia resultar na inação, e esta, por sua vez, reproduzir novamente situações que se desejava superar. Com efeito, as operações de paz de terceira geração contaram com a maior utilização da força militar no cumprimento do mandato, na proteção dos civis e na garantia dos direitos humanos.

A quarta geração das operações de paz surgiu em meados da década de 2000, quase concomitante à terceira geração, e está atualmente em curso. A atual geração é um aperfeiçoamento da geração anterior, com propósito ainda mais robusto e direcionado para a reconstrução dos países hospedeiros (isto é, onde as operações ocorrem) após o término dos conflitos. Essa reconstrução envolve a estabilização do país hospedeiro, o reestabelecimento de suas instituições estatais e a restauração dos sistemas político e econômico. O uso da força combina-se com tarefas civis mais complexas, incluindo, em alguns casos, a administração transitória do país hospedeiro, de modo que a soberania é transferida temporariamente à operação da ONU, a exemplo do que ocorreu na Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET, na sigla em inglês). No âmbito dessa quarta geração, a ONU publicou o documento intitulado “Operações de manutenção da paz das Nações Unidas: princípios e diretrizes”, também conhecido como Doutrina Capstone, com a finalidade de propor fundamentos doutrinários para a condução de operações dessa natureza. Caso o (a) candidato(a) opte por apresentar uma quinta geração, esta seria das operações híbridas, que a ONU realiza em parceria com organizações regionais e que podem contar com um comando misto (militares e policiais).

Quanto ao terceiro tópico, é importante comentar que o Brasil tem um histórico bastante favorável no que diz respeito à participação em operações de paz. O País participa dessas operações desde o início, esteve em mais de 60% delas e enviou tropas militares e pessoal civil para mais de 50 missões. O engajamento brasileiro foi maior na segunda geração em termos de quantidade de operações, quando o País esteve presente em 17 delas, e na quarta geração em termos de envio de tropas militares e pessoal civil, particularmente por causa da Missão para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, na sigla em inglês). Espera-se que o (a) candidato(a) escolha pelo menos duas operações de paz da lista a seguir, que contém o histórico completo da participação brasileira nessas operações por geração. É facultativo ao (à) candidato(a) apresentar os exemplos quando estiver discorrendo acerca das gerações solicitadas no item anterior.

- 1ª geração: UNEF I (Sinai e Faixa de Gaza), ONUC (Congo), UNSF (Nova Guiné Ocidental), DOMREP (República Dominicana), UNIPOM (Índia/Paquistão) e UNFICYP (Chipre).
- 2ª geração: UNAVEM I (Angola), ONUCA (América Central), UNAVEM II (Angola), ONUSAL (El Salvador), MINURSO (Saara Ocidental), ONUMOZ (Moçambique), UNTAC (Camboja), UNOMSA (África do Sul), UNPROFOR (Ex-Iugoslávia), UNOMUR (Ruanda/Uganda), UNOMIL (Libéria), UNCRO (Croácia), UNAVEM III (Angola), UNPREDEP (Macedônia), UNTAES (Eslovênia), UNMOP (Pevlalka), MINUGUA (Guatemala) e MONUA (Angola).
- 3ª geração: UNTAET (Timor Leste), UNMIK (Kosovo), UNMISSET (Timor Leste), MINURCAT (África Central e República do Chade) e UNIFIL (Líbano).
- 4ª geração: UNIMEE (Etiópia e Eritreia), UNMIL (Libéria), UNOCI (Costa do Marfim), MINUSTAH (Haiti), UNMIS (Sudão), UNMIT (Timor Leste), UNMIN (Nepal), MONUSCO (República Democrática do Congo), UNISFA (Abyel), UNMISS (Sudão do Sul), UNSMIS (Síria) e MINUSCA (África Central).

No quarto tópico, o (a) candidato(a) poderá utilizar as versões anteriores ou atuais dos documentos condicionantes da defesa nacional na resposta do item: a Política de Defesa Nacional (2005), a Política Nacional de Defesa (2012 ou 2016), a Estratégia Nacional de Defesa (2008 ou 2012) e o Livro Branco de Defesa Nacional (2012 e 2016). Qualquer uma dessas versões não modifica as ações, diretrizes e (ou) orientações acerca da participação brasileira em operações de paz. Alguns exemplos de ações, diretrizes e (ou) orientações que podem ser mencionadas na resposta: o incremento da participação brasileira em operações de paz; o aperfeiçoamento do preparo das forças armadas para participar em operações de paz,

particularmente por meio do Centro de Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB); a capacidade de projeção de poder no meio internacional, visando à participação em operações de paz; o fortalecimento do sistema de segurança coletiva; o emprego do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil em operações de paz; e o desenvolvimento de uma força expedicionária no Exército Brasileiro capaz de ser empregada em operações de paz.

QUESITOS DE PONTUAÇÃO - QUESTÃO 4

Q01 – Reconhecimento da ausência do termo operações de paz na Carta da ONU.

Q02 – Apresentação de fundamentos normativos para as operações na Carta da ONU (Capítulos VI, VII e VIII e segurança coletiva).

Q03 – Operações de paz de primeira geração (Guerra Fria, condições para a paz e princípios básicos).

Q04 – Operações de paz de segunda geração (década de 1990, transição para a paz e documentos de Boutros Boutros-Ghali).

Q05 – Operações de paz de terceira geração (final dos anos de 1990 e meados dos anos 2000, imposição da paz e Relatório Brahimi).

Q06 – Operações de paz de quarta geração (meados de 2000 em diante, reconstrução do país e Doutrina Capstone).

Q07 – Identificação correta da participação brasileira nas operações de paz em cada geração.

Q08 – Apresentação de pelo menos um documento estruturante da defesa nacional.

Q09 – Identificação do incremento da participação brasileira em operações de paz como uma das ações, diretrizes e (ou) orientações de documentos estruturantes da defesa nacional voltadas para a participação brasileira em missões de paz

Q10 – Identificação de pelos menos duas outras ações, diretrizes e (ou) orientações de documentos estruturantes da defesa nacional voltadas para a participação brasileira em missões de paz.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Israel de O.; FRANCO, Luiz G. A. Operações de paz da ONU como instrumento da política externa do Brasil *In: DESIDERÁ NETO, Walter A.; FLORENCIO, S. A. e L.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; SILVA FILHO, Edilson B. da. Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Brasília: Ipea: FUNAG, 2018, p. 567-591.*

ANDRADE, Israel de O.; HAMANN, Eduarda P.; SOARES, Matheus A. *A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades. Texto para Discussão 2442. Brasília: Ipea, 2019.*

DINIZ, Eugenio. O Brasil e as operações de paz. *In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio C. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 303-337.*

KENKEL, Kai M. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. *In: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 1, 2013 p. 122-143.*

RODRIGUES, Anselmo de O.; MIGON, Eduardo X. F. G. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. *In: Revista Carta Internacional. Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2017, p. 77-103.*

UZIEL, Eduardo. *O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas. 2 ed. Brasília: Funag, 2015.*

ECONOMIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – No primeiro tópico, quando à sua balança comercial, convém comentar acerca da queda nas exportações em razão da retração da economia mundial, e quanto ao aumento das importações por causa da elevação do preço do petróleo (sem queda proporcional na quantidade). Logo, a situação foi de *deficit* comercial acentuado.

Q02 e Q03 – Com relação ao segundo tópico, acerca da dívida externa, em razão do aumento das taxas de juros internacionais que incidiam sobre a dívida externa brasileira, as obrigações brasileiras aumentaram bastante. No entanto, diferentemente do que ocorrera no período que se seguiu ao primeiro choque do petróleo, esse não foi um período de liquidez internacional, logo não havia tanto capital disponível para empréstimo a países em desenvolvimento, dificultando a reestruturação ou rolagem dessa dívida. Juros altos também encareciam essa rolagem.

Q 04 – E, no terceiro tópico, relativamente a seu balanço de pagamentos, dado o *deficit* comercial elevado e a pressão de pagamentos da dívida externa, o balanço de pagamentos também se apresentou deficitário. Buscou-se amenizar a situação com uma megadesvalorização cambial, mas ela teve efeitos inflacionários, reduzindo seus efeitos reais sobre exportações, por exemplo.

Q05 e Q06 – Em meados de 1979, um segundo choque dos preços do petróleo interrompeu, dessa vez de forma duradoura, o fluxo de capital dos países industrializados para aqueles em desenvolvimento. Por decisão da OPEP, o preço do barril no mercado internacional saltou da média de US\$ 13,60 em 1978 para US\$ 30,03 em 1979 e US\$ 35,69 no ano seguinte (Tabela 4.1). Visando a conter os efeitos inflacionários do segundo choque do petróleo, os bancos centrais dos países industrializados, em geral, elevaram suas taxas básicas de juros. Nos Estados Unidos, estas subiram continuamente até 1981, quando atingiram 16,4% ao ano — mais que o dobro dos 7,9% ao ano vigentes antes do choque. A *prime rate*, usada como taxa de referência nos empréstimos (domésticos e externos) dos bancos americanos, seguiu trajetória semelhante, saltando para 18,9% em 1981. O novo patamar das taxas de juros inaugurou uma fase de recessão nos países industrializados, que se estendeu, na maioria deles, até 1982.

Q07 e Q08 – A combinação desses choques atingiu gravemente os países importadores de petróleo, em especial aqueles já endividados, como o Brasil. O novo choque do petróleo deteriorou ainda mais os termos de troca para esses países. O aumento dos juros americanos contribuiu para aumentar seus *deficits* em conta corrente de duas formas: **(1) por meio da retração das importações dos países industrializados (entre eles os Estados Unidos, historicamente, grande comprador de produtos brasileiros); e (2) por meio do aumento das despesas com a dívida externa, já que grande parte dela fora contratada a taxas flutuantes (revistas a cada seis meses), indexadas à *prime rate*.** Ao mesmo tempo, **os juros mais altos dificultavam a captação de novos empréstimos pelos países já endividados:** além de atrair recursos para os países industrializados, aumentavam o risco atribuído (pelos investidores estrangeiros) aos países devedores, porque implicavam maiores despesas com a dívida já contratada e maiores custos de “rolagem” da dívida vincenda. Nessas condições, **a compensação dos *deficits* em conta-corrente por *superavits* na conta de capital, como se fez no Brasil durante o “milagre”, não era mais possível.**

Q09 e Q10 – O resultado desse novo cenário internacional foi o racionamento do crédito para os países altamente endividados — a maioria da América Latina — e a deflagração da “crise da dívida” latino-americana. Incapazes de saldar ou de refinar as elevadas despesas financeiras em dólares, esses países se viram forçados a **declarar moratória da dívida externa**. O primeiro deles foi o México, em agosto de 1982. À moratória mexicana seguiu-se um longo período de estancamento do fluxo de capital para os países em desenvolvimento, bem como de renegociação da dívida externa latino-americana (caso a caso), que se estendeu até o final da década de 1980.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIA

HERMANN, J. “Auge e declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a crise da dívida externa (1974-1984)” In: GIAMBIAGI F; VILLELA, A.; CASTRO, L.; HERMANN, J. *Economia Brasileira Contemporânea*. 2. ed. Editora Campus, 2011 (grifos da banca examinadora – itens mais importantes para a resposta).

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 e Q02 – O contexto internacional do pós-guerra; as duas fases da política econômica do governo Dutra; combate à inflação e controle dos gastos públicos; decisão do governo de manter o câmbio sobrevalorizado; queda do nível das reservas internacionais em moeda conversível; perda de competitividade das exportações industriais brasileiras; mudança do regime de câmbio e licenças de importação; estímulo à substituição de importações (2); e fase final: recuperação dos preços do café.

Q03 a Q05 – O governo Dutra inicia-se sob influência dos princípios liberais nos quais se embasou o sistema de Bretton Woods, concebido como um regime de equilíbrio e convertibilidade monetária. Em sua etapa inicial (1946-1947), caracterizou-se pela sobrevalorização da moeda nacional, a uma taxa fixa de Cr\$ 18,50 por dólar, pela tentativa de controle dos gastos públicos e pela abertura às importações. Nos anos seguintes (1947-1951), manteve-se a taxa de câmbio, mas adotaram-se controles sobre a compra de divisas e um sistema de autorizações prévias à importação de bens.

Q06 e Q07 – A decisão do governo de manter a taxa de câmbio sobrevalorizada, a um patamar próximo ao de 1939, deveu-se sobretudo a dois objetivos: conter a inflação, uma vez que as importações de bens finais pressionariam para baixo os preços internos, e possibilitar a aquisição de equipamentos e matérias-primas para o setor industrial. A rápida deterioração do nível de reservas internacionais – problema agravado por desvalorizações cambiais em países europeus na mesma época e pelo fato de que parte das reservas não era conversível – e a perda de competitividade das importações forçaram uma revisão da política adotada nos primeiros anos.

Q08 a Q10 – Em sua segunda etapa, o governo Dutra rejeita a desvalorização do câmbio, mas passa a limitar o acesso dos importadores à moeda conversível. Por meio do sistema de licenças prévias de importação, passa-se a definir setores que teriam prioridade na importação de bens, em especial máquinas, equipamentos e matérias-primas, em detrimento de bens finais. Embora o sistema tenha sido adotado para fazer frente à escassez de divisas conversíveis, na prática revelou-se um importante mecanismo de promoção do desenvolvimento industrial. Nos anos finais do governo Dutra, mesmo com a relativa recuperação das reservas, decorrente da elevação dos preços do café, manteve-se a seletividade nas compras de bens do exterior, como parte da política de substituição de importações que caracterizaria o período subsequente.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 e Q02 – Um dos determinantes básicos do investimento de portfólio é o diferencial de taxas de juros entre países. Outro fator determinante desses fluxos é a interação entre variáveis, como expectativas, riscos e incertezas. As expectativas colocam dois vetores relevantes no processo de tomada de decisão desse tipo de investimento: a evolução futura

das taxas de juros nominais e o comportamento da taxa de câmbio (em que a taxa de juros relevante para o investidor é correspondente à correção da taxa de juros nominal pela variação da taxa de câmbio).

Q03 a Q05 – Outro aspecto importante que influencia os fluxos de investimento de portfólio é a aversão ao risco. Os investidores internacionais embasam as respectivas decisões de investir no princípio da diversificação do risco, aumentando o número de receptores nos quais aplicam os próprios recursos, tais como títulos, empresas e países, e com isso conseguem uma redução na variância da taxa esperada de retorno do investimento. Esse comportamento pode ser verificado pela utilização de modelos sofisticados de combinações ótimas entre taxas de retorno e risco. Influenciam, ainda, a decisão de investir os custos de transação, principalmente aqueles associados à obtenção de informações a respeito do funcionamento dos mercados e à realização de transações com outros países, as perspectivas de crescimento econômico, o progresso técnico e questões de natureza regulatória e fiscal.

Q06 a Q08 – No que se refere ao investimento externo direto (IED), em uma situação de concorrência perfeita, com lucros normais, mobilidade internacional de fatores e tecnologia acessível no mercado internacional, não haveria motivo para a internacionalização da produção por meio do IED. Para que esse investimento ocorra, é determinante que a empresa tenha alguma vantagem específica à propriedade, para que possa extrair uma quase-renda, tal como: disponibilidade de capital, tecnologia, recursos gerenciais, organizacionais, mercadológicos, entre outros, o que, em um mercado imperfeito, lhe dá um poder monopolístico.

Q09 e Q10 – Por outro lado, a decisão de onde investir é determinada por fatores locais específicos dos países tanto de destino quanto de origem, tais como, dotação de fatores, tamanho do mercado, potencial de crescimento, “ambiente” de investimento, custos de transportes, barreiras comerciais, disponibilidade de infraestrutura, economias de escala e aparato regulatório.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

De acordo com a teoria microeconômica convencional, um consumidor racional é aquele que tem preferências completas e transitivas. Isso significa que ele é capaz de comparar quaisquer duas cestas de mercadorias que se lhe apresentem, bem como mantém a consistência ao comparar três cestas (se a cesta A é pelo menos tão boa quanto a B, e a B é pelo menos tão boa quanto a C, então a A não pode ser pior que a C). Também, no desenvolvimento da teoria da demanda do consumidor, é conveniente considerar que ele tenha preferências monotônicas, o que significa que cestas com maiores quantidades de pelo menos uma mercadoria, sem ter quantidades menores de nenhuma outra, serão preferidas.

Diante disso, ao se deparar com uma restrição orçamentária, resultante da interação dos preços das mercadorias e dos recursos disponíveis para gastar (que se agregam aqui sob o nome de “renda”), ele deverá escolher a cesta que seja a melhor de acordo com seus critérios, dentro de seu orçamento. Dado que ele sempre preferirá consumir mais das mercadorias, é de se esperar que ele deverá despender toda sua renda. Esse é o chamado equilíbrio do consumidor.

Diante de um aumento de preço, se nada mais mudar, espera-se que o consumidor compre menos da mercadoria que ficou mais cara, uma vez que, com a renda disponível e os demais preços mantidos iguais, deve haver uma redistribuição dos recursos disponíveis entre os bens desejados. Essa é a lei da demanda.

Todavia, em época de fim de ano, brinquedos costumam ficar mais caros e, ainda assim, ser mais consumidos. Isso pode ser explicado de diversas formas. A primeira, mais óbvia e direta, é a alteração nas preferências do consumidor em razão da sazonalidade: festas de fim de ano são um período de trocar presentes com crianças, e a preferência por brinquedos tende a aumentar; pode-se argumentar que a satisfação adicional, a utilidade marginal de um novo brinquedo ficou maior em relação aos demais bens. Também é possível explicar essa alteração das preferências pela propaganda. Outro fator que pode

afetar a demanda por brinquedos é a maior renda disponível, que pode estar presente no fim do ano com as férias e o décimo terceiro salário recebido pelos trabalhadores registrados. Com isso, mais recursos estão disponíveis para ser despendidos, inclusive em brinquedos, ainda que estejam mais caros.

QUESITOS DE PONTUAÇÃO - QUESTÃO 4

Q01 – Definir racionalidade como sendo preferências completas e transitivas.

Q02 – Descrever completude.

Q03 – Descrever transitividade.

Q04 – Descrever preferências monotônicas.

Q05 – Descrever a composição da restrição orçamentária.

Q06 – Concluir que, no equilíbrio, o consumidor racional e monotônico gasta toda sua renda.

Q07 – Descrever a lei da demanda.

Q08 e Q09 – Apresentar mudança de preferências como fator de aumento da demanda por brinquedos apesar do aumento dos preços.

Q10 – Apresentar a renda maior no fim do ano como fator que pode explicar maior procura por brinquedos, ainda que mais caros. Outros fatores, com validade teórica e devidamente justificados, também poderão ser valorados neste quesito.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

QUESTÃO 1

O candidato deverá fazer uma argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto, deverão ser abordados os seguintes aspectos:

- item 1 – Q01, Q02 e Q03;
- item 2 – Q04, Q05 e Q06;
- item 3 – Q07, Q08, Q09 e Q10.

Q01 – Espera-se que o (a) candidato(a) seja capaz de identificar e dissertar a respeito do fato da Administração. Na Teoria Geral da Responsabilidade Civil, a conduta do agente é avaliada como pressuposto de caracterização. Quando se trata de responsabilidade civil do Estado, a conduta é absorvida pelo fato da Administração, que congrega tanto atos ilícitos – com base no dolo e na culpa – como também atos lícitos referentes ao estrito cumprimento do dever legal e a situações relacionadas à necessidade do exercício do poder de polícia por parte do Estado. O fato da Administração é reconhecido pela doutrina (CARVALHO FILHO, 2018; OLIVEIRA, 2018) e abrangido pela redação do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição.

Q02 – Espera-se que o (a) candidato(a) seja capaz de identificar e dissertar quanto ao dano. No caso, o art. 37, parágrafo 6º, da Constituição, estabelece a necessidade de reparar os danos causados pelos agentes do Estado. Os danos podem ser materiais/patrimoniais e morais/extrapatrimoniais. Aqui, a doutrina de Direito Administrativo (CARVALHO FILHO, 2018; OLIVEIRA, 2018) e a jurisprudência se valem do art. 186 do Código Civil, para incluir o dano moral como hipótese de responsabilidade civil do Estado.

Q03 – Espera-se que o (a) candidato(a) seja capaz de identificar e dissertar acerca do nexo de causalidade. Tanto a doutrina de Direito Civil (FARIAS; BRAGA NETTO; ROSENVALD, 2018) quanto a doutrina de Direito Administrativo (CARVALHO FILHO, 2018; OLIVEIRA, 2018) reconhecem a ausência de previsão legal do instituto. No caso, para se configurar a hipótese de responsabilidade civil do Estado, em regra, além da caracterização do dano, é preciso demonstrar a relação de causalidade com o fato da Administração (fato comissivo ou omissivo) do agente do Estado. Recomenda-se pelo menos citar uma das teorias do nexo causal (ex.: causalidade direta e imediata, equivalência dos antecedentes causais ou causalidade adequada).

Q04 – Espera-se que o (a) candidato(a) seja capaz de identificar e dissertar com relação à responsabilidade objetiva do Estado. Trata-se da regra geral, fundada no Risco Administrativo, prevista no art. 37, parágrafo 6º, da Constituição, primeira parte: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. No ponto, comprovada a existência do dano, do fato da Administração e da relação de causalidade entre eles, o dano será reparado, independentemente da existência de dolo ou da culpa por parte do agente do Estado.

Q05 – Espera-se que o (a) candidato(a) seja capaz de identificar e dissertar a respeito da responsabilidade subjetiva do Estado. Cuida-se da exceção, prevista no art. 37, parágrafo 6º, da Constituição, segunda parte: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” No ponto, comprovada a existência do dano, do fato da Administração e da relação de causalidade entre eles, e após o dano ser reparado, o Estado deverá instaurar processo administrativo para apurar a existência de dolo ou culpa na conduta do agente do Estado. Verificada que a conduta praticada pelo agente do Estado foi lícita, não caberá a exigência do regresso, ficando o Estado com o ônus exclusivo da reparação, em virtude do risco administrativo.

Q06 – Espera-se que o (a) candidato(a) seja capaz de identificar e dissertar quanto à responsabilidade do Estado por risco integral. Cuida-se de regra especial, prevista no art. 225, parágrafos 2º e 3º, da Constituição – para casos relacionadas à exploração do meio ambiente –, além da previsão do art. 21, inciso XXIII, letra “d” da Constituição, para hipótese de atividades nucleares. Nessa modalidade, o risco é integral, cabendo ao poluidor-pagador a reparação integral do dano, independentemente da existência de dolo ou culpa. O Estado assume a feição do poluidor-pagador diretamente, no caso da exploração da atividade nuclear. No meio ambiente, quando o poluidor-pagador for exclusivamente da iniciativa privada e não tiver condições de reparar o dano, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que o Estado é responsável objetiva e solidariamente em relação ao risco integral, com a execução subsidiária (STJ, REsp 1071741/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 16/12/2010). Pode o Estado responder solidariamente no caso de omissão no dever de fiscalização (STJ, AgInt no REsp 1326903/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018) ou quando participar do empreendimento com o poluidor-pagador (STJ, AgInt no AREsp 1136393/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018). Nesses dois casos, a execução será subsidiária.

Q07 – Espera-se que o (a) candidato(a) seja capaz de identificar e dissertar acerca do princípio da dupla garantia. Como se infere do texto de referência, cuida-se de regra estabelecida pela jurisprudência do STF, considerando a existência de duas garantias na disposição do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição.

Q08 – A primeira garantia é direcionada para usuário/vítima do serviço público. Com a dupla garantia, as demandas judiciais, em tese, seriam mais céleres e a reparação do dano seria de responsabilidade do Estado.

Q09 – A segunda garantia é direcionada para o agente público. Os (As) usuários/vítimas não podem demandar diretamente contra o agente público, sendo essa atribuição exclusiva do Estado. Assim, há uma “salvaguarda” para que o agente público desempenhe suas atribuições de forma lícita, ainda que causem eventuais danos para os particulares.

Q10 – Com a dupla garantia, os agentes públicos, eventualmente envolvidos em comprovada situação de dano, deverão ser investigados exclusivamente pelo Estado, em processo administrativo, para apuração da existência de dolo ou culpa quando da prática do fato da Administração.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse

sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 1071741/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/3/2009, DJe 16/12/2010.
- BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgInt no REsp 1326903/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/4/2018, DJe 30/4/2018.
- BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgInt no AREsp 1136393/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/5/2018, DJe 24/05/2018.
- BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 327904/SP, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, j. 15/8/2006, DJ 8/9/2006.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; ROSENVALD, Nelson. *Novo Tratado de Responsabilidade Civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Curso de Direito Administrativo*. 6. ed. São Paulo: Método | Grupo Gen, 2018.

QUESTÃO 2

Em relação aos elementos da normativa internacional e às ações das Nações Unidas, espera-se que o candidato aborde os tópicos a seguir.

- Q01 – Aspectos gerais da proteção internacional dos apátridas presentes na Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954 – O que é apatridia e quais são os elementos principais que geram a apatridia?
- Q02 – Aspectos gerais da proteção internacional dos apátridas presentes na Convenção para redução dos casos de apatridia, de 1961.
- Q03 – Aspectos gerais acerca do manual para parlamentares a respeito de nacionalidade e apatridia, produzido juntamente pela União Interparlamentar e o ACNUR.
- Q04 – Exposição dos ideais da campanha global *I belong*, promovida pelo ACNUR.
- Q05 – O direito a ter uma nacionalidade como um direito humano, conforme estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XV.
- Q06 – A relação dos critérios de atribuição da nacionalidade como elementos soberanos dos Estados.

No que se refere aos elementos da normativa interna e às ações das Nações Unidas, é importante que o candidato aborde os aspectos a seguir.

- Q07 – O caso dos “brasileirinhos apátridas”, produzido pela alteração constitucional da Emenda Constitucional de revisão de número 3, de 1994, alterada pela Emenda Constitucional 54, de 2007.
- Q08 – As formas de aquisição e perda da nacionalidade originária no ordenamento jurídico brasileiro.
- Q09 – Os avanços da proteção interna aos apátridas presentes na Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) em relação ao Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.818/1980).
- Q10 – Os critérios de atribuição da nacionalidade brasileira derivada para os apátridas em território nacional.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 3

Em um primeiro momento, espera-se que o candidato elenque os 10 princípios que regem as relações internacionais do Brasil, quais sejam:

Q01 a Q05 – (I) independência nacional, (II) prevalência dos direitos humanos, (III) autodeterminação dos povos, (IV) não intervenção, (V) igualdade entre os Estados, (VI) defesa da paz, (VII) solução pacífica dos conflitos, (VIII) repúdio ao terrorismo e ao racismo, (IX) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e (X) concessão de asilo político.

Q06 e Q07 – Em um segundo momento, convém que o candidato disserte a respeito de cada um dos princípios referidos, pontuando as respectivas características normativas básicas e elementares, tanto no plano conceitual quanto no plano fático. São desejáveis, de modo complementar, reflexões que considerem o relacionamento dos princípios com as relações internacionais, tanto do ponto de vista teórico quanto pragmático, e o com o direito internacional em geral.

Q08 a Q10 – É importante, por fim, a escolha de três princípios elencados no art. 4º da Constituição Federal de 1988, dando – a cada um deles – um exemplo histórico de sua incidência na política exterior do Brasil.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato elabore uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo, abordando os seguintes aspectos a seguir:

Q01 a Q04 – Os direitos e as garantias fundamentais, em regra, são relativos, e não absolutos. Embasado no princípio da convivência entre liberdades públicas, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu que nenhuma prerrogativa pode ser exercida de modo danoso à ordem pública e aos direitos e às garantias fundamentais, as quais sofrem limitações de ordem ético-jurídica. Essas limitações visam, de um lado, a tutelar a integridade do interesse social e, de outro, assegurar a convivência harmônica das liberdades, para que não haja colisões ou atritos entre elas. Evita-se, assim, que um direito ou uma garantia seja exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e às garantias de terceiros (STF, MS 23.452, Rel. Min. Celso de Mello, *DJ* de 12-5-2000). Pode-se dizer, portanto, que os direitos e as garantias fundamentais não são absolutos, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela Carta Magna. Há situações em que um direito ou uma garantia fundamental é absoluto, caso da proibição à tortura e do tratamento desumano ou degradante, mas, no geral, as liberdades públicas são relativas, vale dizer, possuem limites, não servindo de substrato para a salvaguarda de atividades ilícitas. A respeito do tema: BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 11. ed., 2018, p. 534-535; MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 32. ed., 2016, p. 31.

Q05 e Q06 – As pessoas jurídicas, do mesmo modo que as físicas, também são destinatárias dos direitos e das garantias fundamentais. O regime jurídico das liberdades públicas protege tanto as pessoas naturais, brasileiros ou estrangeiros no território nacional, quanto as pessoas jurídicas, pois estas têm direito à existência, à segurança, à propriedade, à proteção tributária e aos remédios constitucionais, com as exceções detectadas pela simples leitura dos preceitos constitucionais (caso do *habeas corpus*, que visa a proteger a liberdade de ir e vir e que naturalmente só está ao alcance dos seres humanos).

Q07 e Q08 – Embora o *caput* do art. 5º da Constituição, refira-se a “estrangeiros residentes no País”, há que se entender que a Carta assegura ao estrangeiro (em situação regular) todos os direitos e as garantias, mesmo que não possua domicílio no Brasil, só podendo, porém, assegurar a validade e o gozo dos direitos fundamentais dentro do território brasileiro. Assim, mesmo o que está em trânsito pelo território brasileiro e os apátridas fazem jus aos direitos fundamentais e,

portanto, possuem acesso a ações como o mandado de segurança e demais remédios constitucionais, como reconheceu o STF (HC 74.051, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 20-9-1996).

Q09 e Q10 Os direitos fundamentais são bens e vantagens disciplinados na Constituição Federal, enquanto as garantias fundamentais são as ferramentas jurídicas por meio das quais tais direitos se exercem, limitando os poderes do Estado. Na lição de Jorge Miranda, os direitos representam, só por si, certos bens, e as garantias destinam-se a assegurar a fruição desses bens; os direitos são principais, e as garantias, acessórias; os direitos *declaram-se*, as garantias, *estabelecem-se* (*Manual de direito constitucional*, 4. ed., 1990, p. 88-89). Na medida em que o Título II da Constituição Federal menciona a terminologia “Direitos e Garantias Fundamentais”, não distinguindo uma categoria da outra, resta ao intérprete fazê-lo.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

LÍNGUA ESPANHOLA

RESUMEN

Según especialistas, son varios los motivos que llevaron al aumento de consumo de alcohol en los jóvenes, entre los cuáles podemos citar la depresión, la carencia afectiva, la búsqueda de aceptación social, la falta de comunicación con la familia, entre otros. Los mismos afirman que se puede ingerir bebida alcohólica, pues incluso puede servir para la prevención de infartos, como en el caso del vino, mas su consumo debe ser sin excesos. Lllaman también la atención para el hecho de que los jóvenes muchas veces no piensan en las consecuencias y riesgos que traen esas bebidas, pues pueden estar adulteradas, y si pasan de los límites de ingerirla podrían padecer de enfermedades crónicas como, por ejemplo, de cirrosis, además de otros problemas, la acumulación de líquido en las piernas y abdomen e impotencia sexual, etc.

Josefina Manjarrez, académica de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), José Antonio Vicuña, representante de los Centros de Integración Juvenil (CIJ) en Puebla, Mara Rodríguez Masdefiol, y la psicóloga, señalan que los medios informativos tienen gran responsabilidad en el aumento de consumo de alcohol, debido a la excesiva publicidad que en los mismos aparece, promoviendo y comercializando todo tipo de bebidas, colocándolas, inclusive, como indicador de status. Vicuña explica que los CIJs atienden a los menores que adquieren adicción al alcohol o drogas ilegales y resalta que de 2010 a 2016 aumentó un 22% la atención a estos jóvenes en dichos centros. Esto se debe muchas veces al libre acceso a estas sustancias que varían en precio, y en algunos lugares no se respeta la restricción para venderlas a menores de edad. Sólo en 2016 fueron atendidos 495 pacientes, cifra mayor que en 2010 (404) y en 2017 llegaba a 300 pacientes, solo en el primer semestre.

Víctor Martínez Ahuejote, jefe de Medicina Interna del Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS), delegación Puebla, también concuerda que el exceso de consumo trae como consecuencia depresión, ansiedad, desorientación, y en general las causas son el deseo de pertenecer a un grupo social o ser aceptado. Los síntomas son mareo, vómitos, sueño, entre otros. Sin contar que el estado de embriaguez puede provocar accidentes viales y la posibilidad de contraer una enfermedad de transmisión sexual o la muerte.

La psicóloga Mara Rodríguez Masdefiol coincide en que el exceso de consumo de alcohol tiene relación con carencias afectivas, inseguridad y miedo al rechazo y opina que es necesario que haya un diálogo de padres e hijos, que procuren apoyo psicológico para los mismos, así pensar en actividades recreativas o físicas que impidan que estos jóvenes se inclinen para la bebida.

VERSIÓN

Primero (Primeramente), Dadinha habló en detalle (minuciosamente) sobre cómo estaba fresco el día, debiendo haber sido exactamente lo mismo hace cien años cuando naciera (había nacido). No sabía si también había sido un domingo, no le dijeron o, si se lo dijeron, lo había olvidado. Agitó (movió) su mano cerca a su oreja derecha, como siempre lo hacía cuando se enfadaba (se enojaba) por haber olvidado algo. Finalmente, afirmó que sin duda había sido un domingo, no solo porque había escuchado que de cien en cien años, todas las fechas coinciden con los días de la semana, sino también porque su madre, cuyo nombre nunca le revelaron, le había dicho a alguien que estaba muy fresco aquel día en que naciera. Como los domingos son siempre más frescos (templados), explicó, debió haber sido realmente un domingo, justo a la hora del toque de las vísperas (justo al atardecer). No estuvieron de acuerdo con ella (divergieron / discordaron), opinaron que el domingo era tan caluroso o fresco como cualquier otro día (otro día cualquiera), apenas no se trabajaba mucho, entonces (por lo tanto) el cuerpo no se calentaba mucho. Pues, contestó ella, ¿Pues no es lo mismo? Así fresquito (tan fresco), el tenue (leve) viento entrando por la ventana y agitando los faldones (partes) de la bata de madrás (tela de algodón) que le bajaba del cuello (pescuezo) como los lados (costados) de una pirámide. Hacía ya mucho tiempo que no caminaba, pues para levantarse tenía que contar con la ayuda de muchos (de otros / otras personas) y para permanecer de pie (en pie) era necesario que la sostuviesen (sujetaran / ayudaran). Pero no parecía tener cien años, no parecía tener edad ninguna, rejuveneciendo y envejeciendo de aquí allá (allí) (de aquí a allá) a lo largo del día, o durante una simple conversación (charla / plática).

LÍNGUA FRANCESA

RESUMÉ

Avant d'affirmer qu'une personne d'origine arabe ou africaine aurait plus de difficulté de s'intégrer que les immigrés italiens, portugais et polonais, il faut analyser l'histoire de l'immigration et ses leçons. Dans les années 1930, les démographes comparaient les vagues d'immigration et une crise de l'intégration a été observée en France depuis trente ans.

Deux supposés se dégagent de cette vision historique. Le premier présume que les étrangers s'intégraient plus facilement avant qu'aujourd'hui. Sûrement, les mécanismes d'exclusion sociale, urbaine et symbolique contre les descendants d'immigrés musulmans dans l'actualité persistent, mais les Italiens, les Polonais, les Portugais et les Espagnols avaient subi les mêmes préjugés durant des décennies. Dans le cas des Italiens, depuis la fin du XIX^e siècle, jusqu'après la seconde guerre mondiale.

Les immigrés européens, selon le second supposé, seraient plus inclinés à l'assimilation, soi-disant, plus capables d'abandonner leur identité d'origine pour embrasser la culture française que les immigrés des colonies. Cela est complètement inexact, car ils ont tous essayé de conserver leur identité et l'ont transmise à leurs enfants. Les enfants italiens, par exemple, séjournaient en Italie jusqu'à l'âge de 12 ans. Dans plusieurs villes françaises, il y avait des boutiques de produits italiens et des bars où on participait aux jeux traditionnels et écoutait de l'accordéon. Nombreuses associations réservées aux Italiens étaient fondées à partir de la loi du 1^{er} juillet 1901.

Les Polonais entreprenaient encore plus d'effort pour préserver leurs traditions : le mariage juste entre eux, le refus de la naturalisation, l'interdiction aux enfants de parler français à la maison, les clubs de football exclusifs et les grandes fêtes religieuses comme s'ils étaient en terres natales.

Ceci dit, l'intégration de ces immigrés serait plutôt un chemin d'acceptation des différences par le milieu d'accueil et non une assimilation redoutée par quelques-uns. En fait, cette voie a été construite petit à petit au quotidien, par le contact entre ces populations et leur milieu social, à travers la solidarité ouvrière ; le service militaire pendant les deux grandes guerres mondiales ; l'école en tant que lieu d'adaptation à la culture française et opportunité d'ascension sociale ; l'Église catholique qui voulait attirer les fidèles étrangers ; les luttes sociales et le militantisme de gauche, entre autres.

Aujourd'hui, ce contexte socio-historique n'existe plus. La dure réalité du chômage entraîne une division sociale dans les milieux populaires, les églises et les organisations politiques manquent des participants, la ségrégation ethnique et sociale

dans les banlieues se fait sentir également à l'école. Tout cela suggère que les problèmes d'intégration et d'inégalité des immigrés et de leurs descendants aient des raisons autres que les questions d'origines ethniques et identitaires.

Aspectos considerados na avaliação:

- levantamento das ideias principais contidas no texto;
- reformulação das ideias contidas no texto, a partir de estruturas e de um léxico diferentes daqueles que foram usados no texto;
- organização do discurso de maneira lógica por uma utilização correta de articuladores lógico-sintáticos e de procedimentos de coesão textual (anáfora); e
- correção linguística sem erros sintáticos e nem morfossintáticos, que possam levar a ambiguidades.

VERSION

L'oeuvre de Rio Branco

Pour Rio Branco, le diplomate et le soldat sont, tous les deux, une expression de la souveraineté, et des éléments décisifs dans la défense du territoire national. Cette perception, qui est celle de la vision d'un système international de nature intergouvernementale et interétatique, qui était fondamentalement celui dans lequel Rio Branco a exercé sa profession, n'excluait pas une préoccupation avant-gardiste quant à ce que nous appelons aujourd'hui le *soft power*, selon les mots de Joseph Nye. Le Baron était parfaitement conscient de l'importance de la presse, de la publicité et des préoccupations de l'opinion publique, dont il a su utiliser les moyens pour consolider et légitimer la présence de l'Itamaraty comme institution d'État.

L'oeuvre de Rio Branco – et en disant oeuvre, je ne pense pas à proprement parler à une oeuvre littéraire, mais, suivant l'exemple d'Álvaro Lins, à l'oeuvre comme instrument de l'action – constitue donc aussi, pour continuer avec le paradigme établi par Pierre Nora, une mémoire d'État. Comme les oeuvres de Louis XIV, Napoléon ou de Gaulle, l'oeuvre de Rio Branco est une expression de Pouvoir – avec un « P » majuscule –, et une incarnation d'un moment de l'État. C'est à la fois *son oeuvre* et un fragment de notre histoire.

Les témoignages de ses successeurs, les mots de ses contemporains et la propre réflexion historique autour de la période à laquelle Rio Branco a été à la tête de l'Itamaraty démontrent le prestige unanime dont bénéficie le Baron dans notre pays.

Brasília-DF, 5 de novembro de 2019.

Coordenação Pedagógica
Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES / INSTITUTO RIO BRANCO
EDITAL Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2019
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS DA SEGUNDA FASE – ITEM 7 DO EDITAL

A avaliação das provas escritas será feita mediante a análise de cada texto elaborado pelo candidato e em conformidade com os critérios estabelecidos no item 7 do edital normativo nº 1, de 5 de julho de 2019. Com o objetivo de manter a uniformidade e a padronização nas avaliações, siglas e fórmulas internas foram utilizadas pela banca examinadora para a análise dos textos e para o cálculo das pontuações.

Tais informações encontram-se detalhadas a seguir e servirão para a análise pelos candidatos das avaliações feitas pela banca examinadora e para o embasamento dos recursos a serem interpostos pelos candidatos após a divulgação dos resultados preliminares.

Do item 7 do edital normativo - 500 pontos, sendo 100 pontos para cada prova, a saber - História do Brasil (HIS), Política Internacional (POL), Geografia (GEO), Economia (ECO), Direito e Direito Internacional (DIR), Língua Francesa e Língua Espanhola (LFE).

Critérios de Avaliação – Pontuação Máxima	
HIS-POL-GEO-ECO-DIR Q01 a Q10 – 10 (dez) quesitos de avaliação em cada questão de prova. Questões 1 e 2 da área do conhecimento: 3,0 pontos para cada quesito de avaliação. Questões 3 e 4 da área do conhecimento: 2,0 pontos para cada quesito de avaliação	100,00 pontos por questão de prova

Para as questões de Língua Francesa (FRA) e Língua Espanhola - 25 pontos para cada uma das 4 questões, somando 100 pontos para a prova de Língua Francesa e Língua Espanhola (LFE).

Resumo, em espanhol, a partir do texto escrito em língua espanhola (total de 25,00 pontos) – ESP1	
1 Capacidade de síntese e concisão	10,00 pontos
2 Correção gramatical e propriedade da linguagem	15,00 pontos

Sigla de Referência	Pontuação máxima
CSC	Capacidade de síntese e concisão: máximo de 10,00 pontos
CGPL	Correção gramatical e propriedade de linguagem: máximo de 15,00 pontos Penalização por erro (PNE): 0,50 pontos / CGPL = 15 pontos - PNE
NE	Número de erros
TL	Total de linhas efetivamente escritas

A fórmula interna que será usada para o cálculo do resumo, em espanhol (máximo de 25,00 pontos) é: **ESP1 = CSC + CGPL**.

Versão de texto do português para o espanhol (total de 25,00 pontos) – ESP2	
1 Fidelidade ao estilo do texto original	10,00 pontos
2 Correção gramatical e propriedade da linguagem	15,00 pontos

Sigla de Referência	Pontuação máxima
FID	Fidelidade ao estilo: máximo de 10,00 pontos
CGPL	Correção gramatical e propriedade de linguagem: máximo de 15,00 pontos Penalização por erro (PNE): 0,50 pontos / CGPL = 15 pontos - PNE
NE	Número de erros
TL	Total de linhas efetivamente escritas

A fórmula interna que será usada para o cálculo da versão de texto do português para o espanhol (máximo de 25,00 pontos) é: **ESP2 = FID + CGPL**.

Resumo, em francês, a partir do texto escrito em língua francesa (total de 25,00 pontos) – FRA1	
1 Capacidade de síntese e concisão	10,00 pontos
2 Correção gramatical e propriedade da linguagem	15,00 pontos

Sigla de Referência	Pontuação máxima
CSC	Capacidade de síntese e concisão: máximo de 10,00 pontos
CGPL	Correção gramatical e propriedade de linguagem: máximo de 15,00 pontos Penalização por erro (PNE): 0,50 pontos / CGPL = 15 pontos - PNE
NE	Número de erros
TL	Total de linhas efetivamente escritas

A fórmula interna que será usada para o cálculo do resumo, em francês (máximo de 25,00 pontos) é: **FRA1 = CSC + CGPL**.

Versão de texto do português para o francês (total de 25,00 pontos) – FRA2	
1 Fidelidade ao estilo do texto original	10,00 pontos
2 Correção gramatical e propriedade da linguagem	15,00 pontos

Sigla de Referência	Pontuação máxima
FID	Fidelidade ao estilo: máximo de 10,00 pontos
CGPL	Correção gramatical e propriedade de linguagem: máximo de 15,00 pontos Penalização por erro (PNE): 0,50 pontos / CGPL = 15 pontos - PNE
NE	Número de erros
TL	Total de linhas efetivamente escritas

A fórmula interna que será usada para o cálculo da versão de texto do português para o francês (máximo de 25,00 pontos) é: **FRA2 = FID + CGPL**.

Em conformidade com o subitem 7.1 do edital normativo, a nota do candidato será a soma das pontuações obtidas no conjunto das provas previstas: **NI7 = HIS + POL + GEO + ECO + DIR + LEF.**

SIGLAS:

NE – Número de Erros

PTL – Penalização pelo Total de Linhas

PNE – Penalização pelo Número de Erros

CSC – Capacidade de Síntese e Concisão

HIS – História

POL – Política Internacional

DIR – Direito e Direito Internacional Público

CGPL – Correção Gramatical e Propriedade de Linguagem

TL – Total de Linhas

FID – Fidelidade ao Estilo

GEO – Geografia

ECO – Economia

LFE – Língua Francesa e Língua Espanhola

Brasília-DF, 5 de novembro de 2019.

Coordenação Pedagógica
Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES